O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	**CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**	**17.281.106/0001-03**
4 - NIRE		
31300036375		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
30270-330	BELO HORIZONTE				MG
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
31	3250-2015	3250-2049	3250-1392		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
31	3250-1409	3250-1341	3250-1341		
15 - E-MAIL					
drfi@copasa.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RUA MAR DE ESPANHA, 525				SANTO ANTÔNIO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
31330-270	BELO HORIZONTE				MG
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
31	3250-2015	3250-1214	3250-2040		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
31	3250-1409	3250-1312	-		
16 - E-MAIL					
dfi@copasa.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	3	01/07/2008	30/09/2008	2	01/04/2008	30/06/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES SS	00471-5
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOÃO RICARDO P. COSTA	722.071.677-04

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	115.166	115.165	115.165
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	115.166	115.165	115.165
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	370	370	370
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	370	370	370

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1160 - Saneamento,Serv. Água e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fornecer água tratada e coletar e tratar esgoto
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	16/01/2006	1.818.780	102.791	JCP Acionistas R$	894	115,0000000000
02	06/02/2006	2.541.857	723.077	Subscrição Particular em Dinheiro	30.769	23,5000000000
03	08/03/2006	2.632.242	90.385	Subscrição de lote suplementar	3.846	23,5000000000
04	29/08/2008	2.632.265	23	conv.188 deb.em 752 acões ord.	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
1	Ativo Total	6.104.207	5.904.876
1.01	Ativo Circulante	1.255.225	1.226.143
1.01.01	Disponibilidades	852.614	841.474
1.01.01.01	Caixa e bancos	35.612	25.869
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	817.002	815.605
1.01.02	Créditos	375.764	355.915
1.01.02.01	Clientes	365.096	347.217
1.01.02.02	Créditos Diversos	10.668	8.698
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	9.458	8.097
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	1.088	217
1.01.02.02.03	Outros	122	384
1.01.03	Estoques	26.353	28.002
1.01.04	Outros	494	752
1.01.04.01	Impostos a recuperar	494	752
1.02	Ativo Não Circulante	4.848.982	4.678.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	398.403	391.367
1.02.01.01	Créditos Diversos	378.531	374.782
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	203.236	201.404
1.02.01.01.02	Imp de renda e contrib social diferidos	57.527	58.982
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	13.505	13.686
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	61.627	59.338
1.02.01.01.05	Outros	42.636	41.372
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	19.872	16.585
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	19.872	16.585
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.450.579	4.287.366
1.02.02.01	Investimentos	23.354	21.865
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.241.208	4.077.080
1.02.02.03	Intangível	186.017	188.421
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
2	Passivo Total	6.104.207	5.904.876
2.01	Passivo Circulante	519.810	434.938
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	117.257	107.502
2.01.02	Debêntures	51.247	48.198
2.01.03	Fornecedores	72.456	78.029
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	34.193	31.248
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	97.899	86.432
2.01.06.01	Provisões tributárias	16.825	20.055
2.01.06.02	Provisão para férias	54.802	49.987
2.01.06.03	Provisão para 13º salário	26.272	16.390
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	146.758	83.529
2.01.08.01	Participação dos empregados nos lucros	14.084	14.186
2.01.08.02	Juros sobre o capital próprio	73.831	36
2.01.08.03	Convênio de cooperação técnica	5.336	17.076
2.01.08.04	Plano de previdência complementar	10.639	10.219
2.01.08.05	Obrigações diversas	42.868	42.012
2.02	Passivo Não Circulante	1.801.383	1.755.144
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.782.516	1.744.060
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	820.282	788.774
2.02.01.02	Debêntures	542.379	526.926
2.02.01.03	Provisões	143.589	148.275
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	34.029	40.575
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	109.560	107.700
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	267.469	271.288
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	155.235	155.097
2.02.01.06.02	imp de renda e contrib social diferidos	12.030	15.479
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	100.204	100.712
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	18.867	11.084
2.02.02.01	Receita de exercícios futuros	18.867	11.084
2.04	Patrimônio Líquido	3.783.014	3.714.794
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.265	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	70.388	70.388
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728
2.04.04.01	Legal	66.077	66.077

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	742.651	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	271.633	203.436
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	598.934	1.688.402	529.945	1.524.999
3.01.01	Serviços de água	454.884	1.278.537	401.794	1.141.434
3.01.02	Serviços de esgoto	144.050	409.865	128.151	383.565
3.02	Deduções da Receita Bruta	(61.668)	(172.510)	(55.036)	(155.731)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	537.266	1.515.892	474.909	1.369.268
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(247.342)	(718.468)	(225.315)	(649.504)
3.05	Resultado Bruto	289.924	797.424	249.594	719.764
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(182.533)	(374.292)	(267.182)	(454.571)
3.06.01	Com Vendas	(37.893)	(120.906)	(41.913)	(111.946)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(75.312)	(214.449)	(78.745)	(211.168)
3.06.03	Financeiras	(75.208)	(39.679)	(20.052)	(4.284)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	33.612	126.711	35.487	120.112
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(108.820)	(166.390)	(55.539)	(124.396)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	14.005	35.739	7.460	25.115
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(6.373)	(31.855)	(133.332)	(151.688)
3.06.05.01	Provisões Tributárias	(1.860)	(4.793)	(90.456)	(90.456)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(4.513)	(27.062)	(42.876)	(61.232)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.752)	(3.142)	(600)	(600)
3.06.06.01	Despesa de Equivalência Patrimonial	(2.359)	(3.749)	0	0
3.06.06.02	Receita de Equivalência Patrimonial	607	607	0	0
3.07	Resultado Operacional	107.391	423.132	(17.588)	265.193
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	25
3.08.01	Receitas	0	0	0	25
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	107.391	423.132	(17.588)	265.218
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(39.194)	(151.499)	(36.637)	(132.492)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	76.913	76.913	30.995	51.658
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	145.110	348.546	(23.230)	184.384
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.796	114.796	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,26407	3,03622		1,60620
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,20236)	

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA", "Controladora" ou "Companhia", é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 30 de setembro de 2008:

- Subsidiária Integral Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objeto de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

- Subsidiária Integral Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objeto de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

- Subsidiária Integral Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, que tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atuamos em 889 localidades no Estado de Minas Gerais (não revisado) (891 em junho de 2008 - não revisado), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, merecendo destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de economias (não revisado)	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	881.355	2032	Belo Horizonte	2032
Contagem	197.928	2073	Contagem	2073
Betim	113.680	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	104.747	2028	Betim	2042
Divinópolis	77.508	2033	Ipatinga	2022
Ribeirão das Neves	75.549	2034	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	69.964	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	59.761	2013	Varginha	2013
Patos de Minas (*)	47.017	2007	Pouso Alegre	2026
Varginha	43.310	2013	Conselheiro Lafaiete	2009
Pouso Alegre	42.527	2026	Araxá	2032
Ibirité	42.134	2034	Lavras	2034
Conselheiro Lafaiete	40.405	2009	Teófilo Otoni	2034
Teófilo Otoni	37.089	2034	Ibirité	2034
Sabará (*)	36.185	2007	Itajubá	2034
Lavras	33.777	2034	Alfenas	2033
Araxá	32.685	2032	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	30.417	2034	Pará de Minas	2009
Ubá	30.255	2014	Vespasiano	2034
Coronel Fabriciano	27.995	2033	Nova Serrana	2027

(*) O contrato de concessão com o Município de Patos de Minas encerrou-se em 05 de julho de 2007 e com o Município de Sabará em 03 de agosto de 2007, entretanto, a Companhia já iniciou negociações para a renovação destes contratos, o que deve estar concluído em breve. O faturamento para o 3º trimestre de 2008 em Patos de Minas foi de R$4.945, e em Sabará de R$3.883, ou 0,79% e 0,62% do faturamento de água da Companhia, respectivamente.

Nos sistemas operados pela COPASA, os bens pertencentes aos Municípios foram incorporados ao imobilizado da Companhia como ativos intangíveis, pelo valor determinado em laudos técnicos de avaliação econômico-financeira, e são depreciados pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos mesmos, exceto os bens pertencentes aos sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, que são depreciados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente.

Na maioria dos contratos há previsão das prefeituras participarem com 20% dos investimentos em saneamento realizados no município, sob a forma de integralização de capital na Companhia. Findo o prazo de concessão, e não havendo renovação da mesma, os bens incorporados ao patrimônio da COPASA, bem como aqueles decorrentes de investimentos da Companhia, reverterão ao patrimônio do município, deduzida a participação no capital, mediante indenização à COPASA, com exceção de Além Paraíba e Ipatinga que serão devolvidos livres de quaisquer ônus. Esta indenização, nos contratos assinados até junho de 2006, corresponde ao valor do ativo líquido do sistema. Nos contratos assinados a partir de julho de 2006, a indenização devida pelo município passou a ser calculada com base em laudos técnicos de avaliação dos bens integrantes do sistema, à época da devolução do mesmo. No caso da Prefeitura de Belo Horizonte, cujo contrato de concessão foi renovado em 2002, vide comentários adicionais na nota 17.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Alterações da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07

  Em 28 de dezembro de 2007 foi sancionada a Lei nº. 11.638 que altera, revoga e introduz novos dispositivos às Leis nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº. 6.385 de 7 de dezembro de 1976. O principal objetivo dessas alterações e introduções é atualizar a legislação societária brasileira para permitir a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as práticas internacionais de contabilidade definidas pelas normas emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

  Os requerimentos desta nova lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2008. Esses requisitos não se enquadram como mudanças de circunstâncias ou de estimativas e, portanto, a adoção de novas práticas introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 deve ser, como regra geral, demonstrada retrospectivamente, ou seja, mediante a aplicação dessas novas práticas contábeis como se essas práticas estivessem em uso durante todos os períodos apresentados, observando-se a norma que trata de "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", aprovada pela Comissão de Valores Mobiliário s (CVM), por meio da Deliberação nº. 506.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dessa forma, as mudanças de práticas contábeis são registradas nos livros contábeis como ajustes de exercícios anteriores, embora o seu impacto seja alocado a cada um dos períodos apresentados. No caso específico da Companhia, em que as demonstrações financeiras do exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008, serão apresentadas de forma comparativa com os valores de 2007, os ajustes serão demonstrados aos saldos iniciais (1º de janeiro de 2007), de forma que os dois exercícios sejam apresentados observando-se as mesmas práticas contábeis.

Esse procedimento foi adotado também na preparação e apresentação das informações trimestrais de 2008, de forma que os efeitos das mudanças de práticas contábeis estejam sendo alocados em cada um dos períodos apresentados.

Em 2 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº. 469 que normatizou parcialmente a Lei nº. 11.638/07, estabelecendo os requisitos mínimos a serem observados na apresentação das informações trimestrais de 2008. Essa instrução, mediante certas condições, facultou como opção a adoção integral dos dispositivos da referida lei. A Administração não optou por essa alternativa e, dessa forma, aplicou a Lei nº. 11.638/07 na extensão mínima requerida pela Instrução CVM nº. 469 na apresentação das suas informações trimestrais de 2008.

Dentre as principais alterações nas normas contábeis introduzidas pela referida lei, estão destacados abaixo àquelas que, numa análise preliminar efetuada pela Administração, podem vir a impactar, de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no exercício que se finda em 31 de dezembro de 2008:

- Ajustes a valor presente

  Em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia realizou estudos sobre a aplicabilidade de ajuste a valor presente – AVP, sobre os elementos do ativo e do passivo, cujos resultados se encontram abaixo descritos:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Ativos

Em 30 de setembro de 2008, está registrado ativo de longo prazo decorrente de operação de parcelamento de débito de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cujo débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo valor da tarifa média faturada por m3 no Município de Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, conforme exposto na nota 17.

Considerando que os reajustes tarifários praticados, acrescidos dos juros remuneratórios, garantem a reposição da perda inflacionária e a correção do dinheiro no tempo, a Companhia concluiu não ser aplicável, ao referido ativo, o ajuste a valor presente. Não há risco do não recebimento do presente ativo, pois além de acordado contratualmente, o pagamento das parcelas desse débito está vinculado ao repasse tarifário, efetuado mensalmente.

Não existem ativos decorrentes de operações de curto prazo de efeitos relevantes.

b) Passivos

Em 30 de setembro de 2008, a Companhia possui registros de operações de empréstimos e financiamentos de longo prazo não passíveis da aplicação do ajuste a valor presente, por não serem objeto de prefixação, bem como por não haver provisão de juros de longo prazo para estes passivos.

Não existem passivos decorrentes de operações de curto prazo de efeitos relevantes.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Doações e subvenções

  A partir de junho de 2008, de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia passou a registrar em resultado de exercícios futuros os valores referentes a doações e subvenções recebidas de terceiros. Também em junho de 2008, a Companhia procedeu a reclassificação, para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010, e a bens doados por empresas incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

- Análise da recuperabilidade dos ativos imobilizado, intangível e diferido

  Em 1º de novembro de 2007, a CVM através da Deliberação nº. 527, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sobre redução ao valor recuperável de ativos.

  Este pronunciamento tornou obrigatória a realização de análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não recuperação desses ativos seja registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando haja evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão, seja revisado e ajustado.

  A Companhia contratou estudo sobre a pertinência da aplicabilidade de ajuste a valor recuperável de seus ativos, objetivando o seu reconhecimento e divulgação até o final deste exercício social, conforme dispõe a norma vigente, e ao exposto no final desta nota.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demais alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 não deverão provocar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 ou não são aplicáveis, a saber:

- Reavaliações do ativo imobilizado – Estão proibidas novas reavaliações do ativo imobilizado. Essa alteração não é aplicável à Companhia e suas controladas, uma vez que esse não foi procedimento adotado anteriormente.

- Remuneração de diretores e empregados com base em ações – a Companhia não possui plano de outorga de opções de compra de ações aos administradores e principais executivos, mediante o cumprimento de certas metas, dessa forma, tal alteração não afeta a Companhia.

- Combinação de negócios por meio de fusões, incorporações ou cisões – Em 2008 e 2007 não foram efetuadas e não estão previstas quaisquer transações dessas naturezas e, portanto, as mudanças nas práticas contábeis requeridas pela Lei nº. 11.638/07 não são aplicáveis à Companhia.

- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas – (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. A Administração entende que suas aplicações financeiras estão em linha com as exigências da CVM, ou seja, nenhum efeito significativo deverá ser apurado na adoção da referida regra. A Companhia informa que não realiza contratação de instrumentos financeiros derivativos, em cumprimento ao exposto na Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens, como, por exemplo, o arrendamento mercantil financeiro – A Companhia iniciará estudo para a identificação de possíveis bens locados, objetivando o enquadramento de seus registros em consonância com a presente norma.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Os investimentos em coligadas cuja Administração tenha influência significativa ou que participe em 20% ou mais do capital votante (e não mais do capital total), em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O conceito de relevância foi eliminado – A Companhia já cumpre tais determinações.

- Inclusão das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado - DVA no conjunto das demonstrações financeiras – A Administração já procede à divulgação das demonstrações dos fluxos de caixa e apresentará a demonstração de valor adicionado - DVA quando da preparação das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2008.

- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis – A Companhia está avaliando os impactos da aplicação dessa introdução em sua estrutura de controles internos para melhor definir a prática a ser adotada.

- Em 13 de agosto de 2008 foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, segundo o qual a Companhia já procede a divulgação.

Considerando que o processo de normatização demandará a emissão de diversos novos pronunciamentos, a Administração aguarda a regulamentação e normatizações adicionais destes e de outros assuntos pelos órgãos competentes, para que obtenha todos os elementos necessários para determinação, registro e divulgação de todos os efeitos da citada lei sobre suas demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008. A Companhia informa ainda, que procedeu a contratação de serviços de consultoria, cujo objeto prevê a elaboração de diagnóstico e ajustes decorrentes da Lei nº. 11.638/07, instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. De acordo com o cronograma elaborado, o diagnóstico está previsto para ser concluído até o dia 29 de outubro de 2008, e os ajustes serão levantados a partir de novembro de 2008 para divulgação em 31 de dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A aprovação das demonstrações financeiras foi realizada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores em 29 de outubro de 2008.

03. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

(b) Ativos circulante e não circulante

Os estoques de manutenção são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. Os demais ativos são apresentados pelo valor histórico, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes

- Valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

- Valores acima de R$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para devedores duvidosos para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado contra o resultado.

- Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

A partir de 1º de setembro de 2003, de acordo com posição adotada pela Administração, os créditos a receber de órgãos do Poder Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, passaram a ser integralmente provisionados.

- Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo método do custo de aquisição.

(e) Ativo Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinado com os seguintes aspectos:

- ativo imobilizado depreciado segundo as taxas descritas na nota 09;
- ao imobilizado são acrescidos os juros sobre financiamentos para obras, incorridos até a data de entrada das mesmas em operação.

(f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, em base pró-rata dia.

(g) Juros sobre o capital próprio

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº. 9.249/95, são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são revertidos do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados.

(h) Imposto de renda e contribuição social

Registrados pelo regime de competência de exercícios, às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, calculados sobre os lucros tributáveis ajustados conforme legislação específica. São constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, se houver ("créditos tributários ativos").

(i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

(j) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 21 (NPC 21) - Normas de Consolidação, emitidos pelo IBRACON, em março de 1982, e Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996, e incluem as demonstrações financeiras das empresas mencionadas na nota 08. Na consolidação foram observados os seguintes principais critérios:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e do resultado da equivalência patrimonial contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas.

04. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Caixa e bancos	35.612	25.869	38.593	26.957
Títulos e valores mobiliários (*)	817.002	815.605	831.127	816.030
Total	**852.614**	**841.474**	**869.720**	**842.987**

(*) A Controladora mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, além daqueles auferidos pela venda de ações, ocorrida em fevereiro de 2006, em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os saldos destas aplicações, efetuadas junto a diversas instituições, em 30 de setembro de 2008, é de R$817.002, sendo R$790.967 de recursos próprios e R$26.035 de recursos de convênios. Em 30 de junho de 2008, estes saldos eram de R$815.605, composto por R$780.916 e R$34.689, respectivamente. As receitas financeiras oriundas das aplicações de recursos próprios no 3º trimestre de 2008 totalizaram R$25.508 (R$21.334 no 3º trimestre de 2007). A subsidiária COPANOR recebeu, em março e julho de 2008, recursos de R$3.500 e R$17.000, respectivamente, oriundos de convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, dos quais R$14.125 estão aplicados em 30 de setembro de 2008, gerando rendimento bruto de R$349 no trimestre, creditado aos recursos do referido convênio.

05. CLIENTES

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
a) Circulante				
Valores faturados				
A vencer	87.815	83.915	90.623	83.944
Vencidos até 30 dias	65.372	66.476	65.372	66.476
Vencidos de 31 até 60 dias	25.732	23.435	25.732	23.435
Vencidos de 61 até 90 dias	11.923	12.019	11.923	12.019
Vencidos de 91 até 180 dias	19.489	18.712	19.489	18.712
Vencidos acima de 180 dias	16.201	14.560	16.201	14.560
	226.532	219.117	229.340	219.146
Valores a faturar	162.729	151.978	162.729	151.978
	389.261	371.095	392.069	371.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(24.165)	(23.878)	(24.165)	(23.878)
Total circulante	365.096	347.217	367.904	347.246
b) Ativo não circulante:				
Realizável a longo prazo				
Valores a faturar	203.236	201.404	203.236	201.404
Saldo de clientes: circulante e longo prazo	**568.332**	**548.621**	**571.140**	**548.650**

A conta de clientes inclui R$8.248 de faturas emitidas contra o Estado de Minas Gerais, e R$2.991 faturados contra o Município de Belo Horizonte.

O saldo de valores a faturar demonstrado no realizável a longo prazo refere-se a débitos renegociados com a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme mencionado na nota 17.

(*) Além do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia contabilizou R$9.290 de perdas na realização de créditos a receber, debitados diretamente ao resultado do trimestre findo em 30 de setembro de 2008, na rubrica despesas comerciais. No 3º trimestre de 2007, essas perdas foram de R$14.953. A partir de 2005, a Companhia passou a reconhecer baixa de faturas de parcelamento de débitos de prefeituras, face ao não cumprimento dos prazos de pagamentos determinados em contrato.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tais valores podem ser detalhados como segue:

	Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007
1. Baixa direta de valores até R$5, vencidos há mais de 180 dias, e acima de R$5, vencidos há mais de 360 dias	9.003	11.817
2. Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa para créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, referente clientes específicos que não vêm honrando suas obrigações	287	3.136
Total	**9.290**	**14.953**

Foram recuperados, no 3º trimestre de 2008, créditos já baixados no montante de R$2.627 (R$5.099 no 3º trimestre de 2007), contabilizados como outras receitas operacionais.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte:

	Controladora
1. Saldo em 30 de junho de 2008	23.878
2. Provisão constituída no trimestre	287
3. Saldo em 30 de setembro de 2008	**24.165**

06. ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS DIVERSOS

São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Adiantamentos a empregados (*)	9.458	8.097	9.767	8.097
Despesas antecipadas (**)	1.088	217	1.124	218
Diversos	122	384	1.021	705
Total	**10.668**	**8.698**	**11.912**	**9.020**

(*) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias e 13º salário no valor de R$9.035 pago aos empregados que gozaram férias no período de janeiro a setembro de 2008.

(**) Refere-se a gastos com o programa de saúde dos empregados da Companhia a ser descontado nos meses subseqüentes.

07. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – OUTROS E CRÉDITOS COM CONTROLADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Aplicação financeira vinculada (*)	42.160	40.895	42.160	40.895
Empréstimos Águas Minerais (**)	11.998	9.331	-	-
Empréstimos Copanor (***)	5.936	5.430	-	-
Empréstimos Jaíba (****)	1.938	1.824	-	-
Diversos	476	477	1.422	1.422
Total	**62.508**	**57.957**	**43.582**	**42.317**

(*) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte e da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, mediante o cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Face ao não cumprimento das metas, a Companhia mantêm registro desses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (nota 12).

(**) Refere-se a contratos de mútuo e a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Águas Minerais de Minas S.A., no período de março a setembro de 2008, e que serão reembolsados de acordo com o previsto contratualmente.

(***) Refere-se a gastos com salários e encargos de funcionários cedidos no período de setembro de 2007 a setembro de 2008, e com perfuração de poços profundos assumidos pela Companhia em municípios inseridos na área de atuação da COPANOR, além de outras despesas diversas. Esses gastos serão ressarcidos posteriormente pela referida subsidiária.

(****) Refere-se a repasses de recursos e a salários e encargos de funcionários cedidos pela Companhia à Copasa Serviços de Irrigação S.A., no período de dezembro de 2007 a setembro de 2008, e que serão reembolsados posteriormente pela referida subsidiária.

08. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/06/2008	30/09/2008	30/06/2008
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial				
Copasa Águas Minerais de Minas S.A.	21.526	20.644	-	-
Copanor	1	1	-	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	608	1	-	-
Subtotal	22.135	20.646	-	-
Em sociedades não controladas e não coligadas avaliadas pelo método de custo de aquisição				
Prodemge – Cia. Processamento de MG	959	959	959	959
Brasil Telecom	66	66	66	66
Telesp	99	99	99	99
Vivo Participações	43	43	43	43
TIM Participações	30	30	30	30
Outras	22	22	22	22
Subtotal	1.219	1.219	1.219	1.219
Total	**23.354**	**21.865**	**1.219**	**1.219**

As principais informações sobre as investidas controladas são como segue:

			30/09/2008			
Sociedades controladas	Quantidade de ações	Participação Copasa (%)	Adiant. p/ fut. aum. capital	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Copasa Águas Minerais S.A.	21.526	100,00	8.979	13.929	21.526	(1.382)
Copanor	1	100,00		1	1	-
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	608	100,00		1	608	607
Total	**22.135**		**8.979**	**13.931**	**22.135**	**(775)**

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	30/06/2008	Equivalência patrimonial	Aportes/ aquisições	Outros	30/09/2008
Copasa Águas Minerais S.A.	20.644	(1.382)	715	1.549	21.526
Copanor	1	-	-	-	1
Copasa Serviços de Irrigação S.A.	1	607	-	-	608
Total	**20.646**	**(775)**	**715**	**1.549**	**22.135**

09. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

- Ativo imobilizado

	Controladora			
	30/09/2008			30/06/2008
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de água				
Terrenos florestas/preservação ambiental	96.303	-	96.303	96.220
Construção e poços tubulares profundos	3.025.868	1.662.892	1.362.976	1.380.660
Instalações elétricas	15.072	12.311	2.761	2.900
Máquinas e equipamentos (DN) *	18.597	10.075	8.522	8.593
Máquinas e equipamentos (DA) *	377.652	314.633	63.019	61.875
Equipamentos de perfuração de poços	1.801	1.126	675	707
SUBTOTAL	3.535.293	2.001.037	1.534.256	1.550.955
Sistemas de esgotamento sanitário				
Terrenos	4.012	-	4.012	4.012
Construções	1.475.331	444.481	1.030.850	1.032.239
Instalações elétricas	251	82	169	175
Máquinas e equipamentos (DN) *	4.262	3.107	1.155	1.150
Máquinas e equipamentos (DA) *	31.137	25.880	5.257	6.341
SUBTOTAL	1.514.993	473.550	1.041.443	1.043.917
Bens de uso geral				
Terrenos	1.536	-	1.536	1.536
Construções	99.432	64.730	34.702	35.291
Instalações elétricas	25	20	5	5
Móveis e utensílios	5.651	3.508	2.143	2.063
Máquinas e equipamentos (DN) *	35.056	22.272	12.784	12.457
Ferramentas	84	84	-	-
Equipamentos de informática	46.677	33.401	13.276	14.138
Veículos	93.799	69.485	24.314	27.486
Motocicletas	5.941	4.506	1.435	1.834
Equipamentos pesados	4.988	3.368	1.620	1.518
SUBTOTAL	293.189	201.374	91.815	96.328
Outras imobilizações	40.516	-	40.516	31.605
Estoque para obras	80.612	-	80.612	78.862
Obras em andamento	1.452.566	-	1.452.566	1.275.413
SUBTOTAL	1.573.694	-	1.573.694	1.385.880
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**6.917.169**	**2.675.961**	**4.241.208**	**4.077.080**

(*) DN - depreciação normal; DA - depreciação acelerada.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS — 17.281.106/0001-03

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	30/09/2008			30/06/2008
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de água	3.535.344	2.001.038	1.534.306	1.551.844
Sistemas de esgotamento sanitário	1.514.993	473.549	1.041.444	1.043.917
Bens de uso geral	310.350	201.470	108.880	109.563
Outras imobilizações	40.515	-	40.515	35.023
Estoque para obras	80.612	-	80.612	78.862
Obras em andamento	1.452.566	-	1.452.566	1.275.413
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**6.934.380**	**2.676.057**	**4.258.323**	**4.094.622**

Outras imobilizações compõem-se basicamente de adiantamentos para aquisições de terrenos.

Os bens alocados nos municípios em que os contratos não estabelecem indenização ao término da concessão, sistemas de Além Paraíba e Ipatinga, são amortizados de acordo com os prazos estabelecidos contratualmente. Os demais bens integrantes do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base nas estimativas de vida útil dos mesmos, de acordo com as taxas abaixo indicadas:

	% anual
Construção	4
Poços tubulares profundos	4
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos (DN – depreciação normal)	10
Máquinas e equipamentos (DA – depreciação acelerada)	20
Instalações elétricas	10
Equipamentos de perfuração de poços	15
Veículos e ferramentas	20
Equipamentos de informática	20
Equipamentos pesados	25

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ativo intangível

	Controladora			
	30/09/2008			30/06/2008
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licença para uso de software	45.757	19.465	26.292	27.990
Diretrizes, métodos e processos	18.317	15.531	2.786	3.016
Servidões administrativas	3.841	1.851	1.990	1.978
Direito de exploração de concessões	176.515	21.699	154.816	155.300
Outros intangíveis	391	258	133	137
TOTAL ATIVO INTANGÍVEL	**244.821**	**58.804**	**186.017**	**188.421**

	Consolidado			
	30/09/2008			30/06/2008
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativos intangíveis	244.838	58.805	186.033	188.421
TOTAL ATIVO INTANGÍVEL	**244.838**	**58.805**	**186.033**	**188.421**

A amortização dos bens intangíveis é realizada de acordo com as seguintes taxas:

	% anual
Licença para uso de software	20
Diretrizes, métodos e processos	10

Servidões administrativas são valores pagos aos proprietários de faixas de terrenos utilizadas pela Companhia para a passagem de adutoras. Esses ativos são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios onde os mesmos estão localizados.

Direito de exploração de concessões retrata a participação financeira da Companhia em obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras (nota 13), e são amortizados de acordo com o prazo de vigência dos contratos de concessão dos municípios assumidos.

As depreciações e amortizações do trimestre totalizaram R$60.012 (R$58.712 no 3º trimestre de 2007) e foram apropriadas ao resultado.

Os sistemas de água representam bens e instalações em 889 localidades (não revisado) (891 em junho de 2008 - não revisado) do Estado de Minas Gerais, sendo explorados de acordo com os contratos de concessões firmados com os municípios, cujos prazos variam entre 18 e 99 anos, sendo, em sua maior parte, com prazo de 30 anos.

O saldo da conta obras em andamento é representado, substancialmente, por empreendimentos para expansão e criação de sistemas de água, R$500.893 (R$447.729 em junho de 2008), e de esgotamento sanitário, R$638.526 (R$563.227 em junho de 2008).

No trimestre, a Companhia capitalizou, na conta obras em andamento, juros e encargos no valor de R$13.344 (R$19.184 no 3º trimestre de 2007).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora						
	30/09/2008		30/06/2008				
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo prazo	Taxas % a.a.	Índice	Prazo final
Em moeda nacional							
Destinados ao imobilizado							
. Caixa Econômica Federal	66.641	576.153	60.529	548.361	(1)	TR	2029
. Governo Estadual/BDMG	8.444	23.679	8.239	25.174	(2)	IGP-M	2016
. Tesouro Nacional	30.594	148.932	30.075	155.703	5,38	TR	2014
Subtotal	105.679	748.764	98.843	729.238			
Em moeda estrangeira							
Destinados ao imobilizado							
. Banco do Brasil S.A.	2.199	1.099	1.824	912	(3)	Cambial	2009
. União Federal - bônus (*)	9.379	70.419	6.835	58.624	(4)	Cambial	2024
Subtotal	11.578	71.518	8.659	59.536			
Total	**117.257**	**820.282**	**107.502**	**788.774**			

(1) Taxas variáveis de 6,50% a 11,00%, mais 2% de taxa de administração - média em 30/09/2008 de 10,28% a.a. (10,68 em 30/06/2008).

(2) Taxas variáveis de 8,21% a 10,07% - média em 30/09/2008 de 8,87% a.a. (idem em 30/06/2008).

(3) Libor + spread 13/16 de 1% a.a.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(4) Cesta de taxa de juros - União Federal - bônus:

Bônus	Taxa de juros	Comissão
Debt Conversion Bond	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
New Money Bonds	Libor + spread 7/8 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Flirb	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
C-Bond	8% a.a.	0,2% a.a.
Discount Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Par Bond	6% a.a.	0,2% a.a.
El Bond	Libor + spread 13/16 de 1% a.a.	0,2% a.a.
Brazilian Investment Bonds	6% a.a.	0,2% a.a.

(*) O montante dessa dívida, originalmente contraída junto a instituições financeiras externas, foi inserido no acordo concluído pelo governo brasileiro com a comunidade financeira internacional, para reestruturação da dívida externa do setor público brasileiro com os credores privados internacionais. Nos termos desse acordo, aprovado pelo Senado Federal através da Resolução nº. 98, de 29 de dezembro de 1992, a dívida foi trocada por bônus emitidos pela União, que se tornou devedora perante os credores externos.

Em substituição às parcelas de principal, foram emitidos vários tipos de bônus, sob taxas de juros condizentes com aquelas usuais do mercado financeiro internacional, a saber:

Tipo do bônus	Valor (US$)	Emissão	Prazo em anos	Carência em anos	Amortização
Debt Conversion Bond	5.790.140,62	15.04.94	18	10	17 parcelas semestrais
New Money Bonds	381.758,96	15.04.94	15	7	17 parcelas semestrais
Flirb	387.327,90	15.04.94	15	9	13 parcelas semestrais
C-Bond	7.817.825,87	15.04.94	20	10	21 parcelas semestrais
Discount Bond	10.605.911,44	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Par Bond	15.187.902,27	15.04.94	30	-	Única ao final de 30 anos
Brazilian Investment Bonds	1.282.337,45	31.08.89	25	10	30 parcelas semestrais
Total	**41.453.204,51**				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 03 de agosto de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R$181.000, para execução de obras de água e esgotamento sanitário em diversas localidades, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 6% a.a. e spread de 0,5% a.a.;
- Taxa de administração: 2% a.a.;
- Indexador: taxa referencial de juros – TR;
- Prazo de amortização: 240 meses;
- Prazo de carência: 10 a 48 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 01 vez o serviço da dívida mensal e receita vinculada correspondente a 3 vezes o serviço da dívida mensal.

Até 30 de setembro de 2008 foram liberados R$46.526 de recursos do fundo de garantia, que somados aos R$16.466 de recursos próprios da Companhia, totalizam R$62.992 em recursos aplicados.

Em 20 de maio de 2008 foi assinado contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – Programa de Aceleração do Crescimento 2008 – IN/36, para aplicação em empreendimentos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no montante de R$578.216, conforme aprovado pela Diretoria do BNDES em 15 de abril de 2008, por meio da Decisão nº.dir. 288/2008 – BNDES, com as seguintes características:

- Encargos financeiros: juros de 1,73% a.a. acima da taxa de juros de longo prazo – TJLP
- Indexador: taxa de juros de longo prazo – TJLP;
- Prazo de amortização: 138 meses;
- Prazo de carência: 42 meses;
- Garantia: conta reserva correspondente a 03 vezes o serviço da dívida mensal e receita vinculada no valor mensal mínimo de R$23.000, corrigido pelo IPCA.

Caso a Companhia cumpra, de forma cumulativa, os índices a seguir especificados, os juros estipulados acima serão reduzidos para 1,52% a.a. acima da TJLP:

- Divida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
- EBITDA/ROL: igual ou superior a 36%;
- EBITDA/serviço da dívida: igual ou superior a 1,5.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O início da liberação de recursos, segundo previsão da Superintendência Financeira da Companhia, só ocorrerá a partir do exercício de 2009.

As parcelas de longo prazo vencem como segue:

	Controladora	
Ano de vencimento	**30/09/2008**	**30/06/2008**
2009	32.574	55.055
2010	116.382	111.091
2011	120.527	115.411
2012	125.355	120.281
2013	124.156	118.998
2014	86.254	81.278
2015	54.331	50.172
2016 em diante	160.703	136.488
Total	**820.282**	**788.774**

Em relação aos financiamentos a Companhia oferece as seguintes garantias:

1. União Federal - bônus:

   São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento.

   1.1. Discount Bond e Par Bond:

   Como garantia acessória desse financiamento, a Companhia mantém caucionado no Banco do Brasil o montante de R$23.132, atualizado até 30 de setembro de 2008 (R$19.190 em 30 de junho de 2008), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

2. Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

No intuito de garantir o cumprimento das obrigações da Companhia, assumidas nos contratos de repasse de recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, assinado entre a Caixa Econômica Federal, designada como gestora, e Unibanco, foram celebrados contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos em 04 de julho de 2006, com os agentes administradores Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado abaixo:

			Garantias		
Contrato	Número	Valor principal	Cessão fiduciária	Conta vinculada	Conta reserva
Abertura crédito I		256.428			
Cessão fiduciária	2006 1637		17.000	17.000	16.155
I Termo aditivo	2006 2933		17.000	17.000	
Abertura crédito II		284.593			
Cessão fiduciária	2006 1639		15.300	15.300	
I Termo aditivo	2006 2934		15.300	15.300	
Total		**541.021**	**-**	**-**	**16.155**

Para estes contratos a Companhia oferece as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R$17.000 e R$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;

- Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos aos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, mantidos em fundos, aplicações financeiras ou detidos sob qualquer outra modalidade, decorrentes do pagamento dos créditos cedidos. Em 30 de setembro de 2008 o fundo de liquidez composto pelo saldo da conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, e que está registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R$16.155 (R$16.535 em 30 de junho de 2008);

3. Demais financiamentos:

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 30 de setembro de 2008, é de R$768 (R$746 em 30 de junho de 2008).

- Os demais financiamentos são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(1) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	igual ou maior que 350

(2) Covenants de contratos com a CEF – os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:", acima descritas.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	maior que 365

Salientamos que até 30 de setembro de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos acima descritos.

11. DEBÊNTURES

		30/09/2008		30/06/2008	
Séries	Data da subscrição	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo prazo
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.891	37.311	7.882	39.217
3ª e 4ª	09/11/2004	7.891	37.311	7.882	39.217
5ª e 6ª	29/07/2004	7.891	37.311	7.882	39.217
7ª	19/12/2005	3.946	18.655	3.941	19.608
8ª e 9ª	24/04/2006	7.892	37.311	7.882	39.217
10ª	19/12/2006	3.946	18.655	3.941	19.608
11ª e 12ª	23/03/2007	7.892	37.311	7.882	39.216
Debêntures não conversíveis		47.349	223.865	47.292	235.300
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	2.116	89.093	276	89.062
Única	06/09/2007	1.186	49.914	155	49.884
Única	03/12/2007	59	2.476	8	2.475
Debêntures conversíveis		3.361	141.483	439	141.421
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	500	150.296	467	150.205
7ª	25/09/2008	37	26.735	-	-
Debêntures não conversíveis		537	177.031	467	150.205
Total		**51.247**	**542.379**	**48.198**	**526.926**

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou a colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R$25.000 cada uma.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os termos e condições contratuais foram os seguintes:

• Data de emissão	15 de junho de 2004
• Prazo	10 anos
• Carência do principal	36 meses
• Amortização	84 meses
• Vencimento final	15 de julho de 2014
• Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
• Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 30 de setembro de 2008, o montante caucionado é de R$18.318 (R$19.331 em 30 de junho de 2008).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

O preço de subscrição de cada série será equivalente ao valor nominal acrescido dos juros mencionados, calculados pro-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição.

Em 23 de maio de 2007, o BNDES e a COPASA assinaram contratos no valor de R$591.055, sendo R$141.055 em debêntures conversíveis em ações ordinárias (2ª emissão) e R$450.000 em debêntures simples (3ª emissão).

Subscrição 2ª emissão:

As debêntures conversíveis possuem um prazo de carência de 59 meses contados a partir da data de emissão, 01 de junho de 2007, sendo que a amortização deverá ocorrer a partir de 2012 em duas parcelas anuais e iguais. A remuneração será de TJLP + 2,3% a.a., e a opção pela conversão se dará a partir do 13º mês após a emissão das debêntures, ao preço de R$31,20 por ação, preço este atualizável pelo Termo de Capitalização TC = [(1 + TJLP) / 1,06]n/360-1, sendo n = número de dias entre a data do evento financeiro e a data de capitalização ou liquidação das debêntures.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, às 16:00 horas do dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

Subscrição 3ª emissão:

As debêntures simples, não conversíveis em ações, realizadas em lançamento privado, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES são constituídas por 450 (quatrocentos e cinqüenta) debêntures de R$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R$25.000 cada uma.

Os termos e condições contratuais são os seguintes:

• Data de emissão	06 de dezembro de 2007
• Prazo	12 anos
• Carência do principal	30 meses
• Amortização	114 meses
• Vencimento final	15 de dezembro de 2019
• Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
• Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia, e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 30 de setembro de 2008, o montante caucionado é de R$3.255 (R$3.536 em 30 de junho de 2008).

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures serão utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010, sendo R$199.000 destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água, R$237.000 para modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de esgoto, R$136.000 para otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e R$20.000 para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	igual ou maior que 1,5
margem EBITDA	igual ou maior que 33%
grau de endividamento	igual ou menor que 70%
EBITDA/receita operacional líquida	igual ou maior que 36%
dívida líquida/EBITDA	igual ou menor que 3,0

Salientamos que até 30 de setembro de 2008, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas às debêntures acima descritas.

12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	Controladora			
	30/09/2008		30/06/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Energia elétrica (*)	26.741	54.240	25.713	56.989
Prefeituras (**)	12.558	-	8.946	-
Depósitos para obras (***)	-	43.597	-	42.333
Salários e encargos – acordo coletivo (****)	-	-	5.280	-
Diversas	3.569	2.367	2.073	1.390
Total	**42.868**	**100.204**	**42.012**	**100.712**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidada			
	30/09/2008		30/06/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Energia elétrica (*)	26.741	54.240	25.794	56.989
Prefeituras (**)	12.558	-	8.946	-
Depósitos para obras (***)	-	43.597	-	42.333
Salários e encargos – acordo coletivo (****)	-	-	5.280	-
Diversas	3.577	-	2.099	-
Total	**42.876**	**97.837**	**42.119**	**99.322**

(*) Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme termo de acordo e reconhecimento de dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 30 de setembro de 2008, restam 48 parcelas a serem pagas.

(**) O saldo é composto por débitos relativos a encontro de contas e a compromissos assumidos quando da renovação de contratos de concessões com diversas prefeituras.

(***) Refere-se a repasse de recursos realizados pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA, em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, devendo a solicitação de emissão da certificação pela Companhia ser requerida até 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. O valor aplicado atualizado até 30 de setembro de 2008 relativo a este repasse é de R$21.988(R$21.328 em 30 de junho de 2008).

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu o valor de R$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Água - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado com a Agência Nacional de Águas – ANA, em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A solicitação de emissão da certificação pela Companhia deve ser requerida até 30 de junho de 2009, conforme o previsto no referido contrato. O valor aplicado atualizado até 30 de setembro de 2008 relativo a este repasse é de R$20.172(R$19.567 em 30 de junho de 2008).

(****) Refere-se a provisão de salários e encargos relativos as meses de maio e junho de 2008, uma vez que o acordo coletivo 2008/2010 só foi assinado em 04 de julho de 2008.

13. COMPROMISSOS (não revisado)

A Copasa assinou contratos para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores (não revisado):

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Passarelli Ltda.	65.820	14/11/2007	540
Construtora Andrade Gutierrez s.a.	63.470	06/03/2008	900
Consórcio Engesolo-Leme	23.778	08/02/2008	720
Construtora EMCCAMP Ltda.	21.824	08/11/2007	1.020
SONEL Soc. Nacional Eletric. E Hidr. Ltda.	20.324	09/03/2007	540
Consórcio Direcional-Infracon	15.726	16/01/2008	540
Engesolo Engenharia Ltda.	12.792	22/07/2008	1.080
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	11.595	03/09/2008	540
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	10.577	03/09/2008	300
SONEL Soc. Nacional Eletric. E Hidr. Ltda	9.996	04/07/2008	480

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título direito de exploração de concessões, e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao imobilizado da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

	Valores		
Municípios	Empenhados	Realizados	% realização
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (nota 17)	170.000	-	-
Contagem	81.363	54.968	67,56
Montes Claros	121.941	55.993	45,92
Ribeirão das Neves	86.411	70.319	81,38
Teófilo Otoni	54.360	-	-

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

(a) Capital

	Controladora	
	30/09/2008	30/06/2008
Capital autorizado	3.000.000	3.000.000
Capital a subscrever	(367.735)	(367.758)
Capital subscrito e integralizado	**2.632.265**	**2.632.242**

O capital subscrito e integralizado está representado por 114.795.524 ações ordinárias cuja composição acionária é a seguinte

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora			
	30/09/2008		30/09/2007	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13	68.830.404	59,77
Outros	53.606.657	46,55	45.964.368	39,91
Subtotal	114.795.524	99,68	114.794.772	99,68
Ações em tesouraria	370.176	0,32	370.176	0,32
Total	**115.165.700**	**100,00**	**115.164.948**	**100,00**

Em 30 de setembro de 2007, o Capital Group International Inc. possuía 5,01% de participação acionária na Companhia. Conforme correspondência recebida de seu representante no Brasil, a participação acionária do mesmo foi reduzida, ficando abaixo dos 5% exigidos pela CVM para divulgação individualizada de acionistas. Desta forma, as ações remanescentes do Capital Group passam a integrar o conjunto das ações que compõe o *Free Float* da Companhia, dentro do saldo de "Outros".

Em 30 de setembro de 2007, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte possuía 9,67% de participação acionária na Companhia. No dia 27 de maio de 2008, após o exercício das ações suplementares por parte do Coordenador Global, foi publicado o Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e de titularidade dos acionistas CODEMIG e Município de Belo Horizonte, por meio da qual foram distribuídas 18.776.521 ações, sendo 7.641.537 ações de titularidade da CODEMIG e 11.134.984 ações de titularidade do Município de Belo Horizonte, ao preço de R$24,50 por ação, perfazendo um total global de R$460.025. Com isso, o *Free Float* da Companhia aumentou para 46,55%.

Em 05 de maio de 2008, o Mackenzie Financial Corporation, na qualidade de administradora advisor e/ou sub-advisor de fundos mútuos, nos informou que a participação desses fundos no capital total da Companhia atingiu 5,02%.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 370.176 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica.

(c) Retenção de lucros

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2008 aprovou proposta de retenção de lucros no montante de R$233.649, para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(d) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante de R$76.913, conforme deliberado nas seguintes reuniões:

Data	Valor bruto declarado	Valor por ação
25/07/2008	51.658	R$0,45
19/09/2008	25.255	(*)
	76.913	

(*) A remuneração das 114.794.772 ações com direito a remuneração integral, será de R$0,220003496 por ação, e das 752 ações com direito a remuneração "pro rata temporis" será de R$0,136306174 por ação.

Os juros sobre o capital próprio declarados serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2008.

Conforme facultado pela Lei nº. 9.249/95 e dentro dos limites permitidos por esta, os juros foram contabilizados como despesas financeiras neste trimestre, gerando o benefício fiscal de R$26.150. Para fins de elaboração das informações trimestrais - ITR, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados.

Do total dos juros sobre o capital próprio declarados, a parcela de R$3.111 foi recolhida a título de IRRF sobre o valor devido aos acionistas. Assim, a diferença de R$29, registrada no passivo circulante, refere-se ao saldo remanescente dos exercícios de 2006 e 2007, ainda não liquidado.

15. CONTINGÊNCIAS

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis e tributárias consideradas como perdas prováveis, e para ações trabalhistas consideradas como perdas prováveis e possíveis, assim como para obrigações legais. A partir de 30 de setembro de 2007, as provisões para contingências que estavam registradas no passivo circulante, foram reclassificadas para o passivo não circulante.

(a) Processos com probabilidade de perda provável e possível para trabalhista

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A Companhia, depois de ouvida sua Procuradoria Jurídica e sua Administração, constituiu provisão para essas contingências, como sendo suficientes para cobrir prováveis perdas. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

Controladora

Natureza	30/09/2008			30/06/2008		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão líquida	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão Líquida
• Cível (*)	6.178	659	5.519	6.187	659	5.528
• Trabalhista (**)	23.380	779	22.601	29.897	660	29.237
• Tributária (***)	5.912	3	5.909	5.813	3	5.810
Total	**35.470**	**1.441**	**34.029**	**41.897**	**1.322**	**40.575**

A movimentação das contingências e dos depósitos judiciais no trimestre foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 30/06/2008	Adições	Reversões	Utilizações	Saldo em 30/09/2008
Cível	6.187	917	558	368	6.178
Trabalhista	29.897	386	6.408	495	23.380
Tributária	5.813	144	-	45	5.912
Subtotal	41.897	1.447	6.966	908	35.470
Depósitos judiciais	1.322	153	-	34	1.441
Total	**40.575**	**1.294**	**6.966**	**874**	**34.029**

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativos a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário realizado em 2003 para o Município de Belo Horizonte. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 30 de setembro de 2008, em R$2.633, integralmente provisionado.

(**) As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionados a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, questionamentos de demissão por justa causa, restabelecimento do plano de saúde baixo risco e da continuidade do pagamento de cesta-básica. Temos provisionamento para todas as ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável e/ou possível, o que representa aproximadamente 43,33% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

Figuramos também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras por nós contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras, via de regra, arcam com o ônus da condenação. Contudo, caso tais empreiteiras não tenham condições financeiras para arcar com o pagamento da condenação, podemos ser compelidos judicialmente a satisfazer o débito trabalhista, pelo que consideramos essas ações como perda provável e/ou possível. Nesses casos, constituímos provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor, em 30 de setembro de 2008 é de R$2.366, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como potenciais inadimplentes.

Além disso, atualmente, somos parte também em doze processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que nos autuou principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário, lavrando autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação, cuja multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária, totalizando R$6.521. Estimamos que a possibilidade de perda de onze processos é considerada possível e, portanto, provisionamos em 30 de setembro de 2008 o valor de R$6.518.

Ainda há uma ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e programa motivacional adotados pela Companhia. Consideramos nossa chance de perda para essa ação como possível, tendo sido provisionado, em 30 de setembro de 2008, o valor de R$5.080.

(***) As mais relevantes são as seguintes:

- Em fevereiro de 1994, foi ajuizada contra a União ação declaratória cumulada com a repetição de indébito, visando excluir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a despesa relativa ao imposto de renda pessoa jurídica apurado, bem como as despesas relativas às depreciações, amortizações, custos dos bens baixados e a diferença da correção monetária do IPC/BTNF. Além disso, foi requerida a possibilidade de compensar a base de cálculo negativa da contribuição social apurada nos exercícios anteriores a 1992. Essa ação transitou em julgado em fevereiro de 2005 e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$1.642, atualizado até 30 de setembro de 2008.

- Em 1992, a Secretaria da Receita Federal autuou a Companhia por insuficiência de recolhimento do FINSOCIAL no período de 01/01/1983 a 30/03/1989, por entender que a contribuição deveria ser com base na receita bruta e não com base no imposto de renda devido ou como se devido fosse. A Companhia recorreu administrativamente da decisão mas não logrou êxito junto ao conselho de contribuintes. Em agosto de 1994, foi proposta ação declaratória cumulada com repetição de indébito

contra a União Federal visando a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da majoração indevida e inconstitucional das alíquotas do FINSOCIAL, bem como da declaração de inexistência de relação jurídica obrigacional no tocante à incidência das leis que majoraram a mesma. Diversas instâncias foram percorridas até que, em dezembro de 2004, a ação foi transitada em julgado e a Fazenda Nacional executou a Companhia, que está negociando o parcelamento do pagamento dos honorários advocatícios no valor de R$3.803, atualizado até 30 de setembro de 2008.

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora	
Natureza	**30/09/2008**	**30/06/2008**
• Cível (*)	432.116	349.063
• Tributária (**)	7.683	7.558
Total	**439.799**	**356.621**

(*) Referem-se a ações de indenizações ajuizadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em;

- Ações Individuais

Somos parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de desligamento de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis, acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. Não acreditamos que tais ações

judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

- Ações Coletivas

Somos parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 12 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Lavras, Leopoldina, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Gotardo e Três Corações. Ademais, a Companhia, o Município de Belo Horizonte e a SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital são demandados em uma ação popular que pede a declaração de invalidade do convênio de cooperação celebrado entre as partes. Tal ação está em fase de julgamento, sendo que já apresentamos razões finais pleiteando a extinção do processo em razão do não cabimento da ação popular e, no mérito, a improcedência do pedido em razão da legalidade do convênio. Em 30 de setembro de 2008, não havia decisão proferida em nenhuma dessas ações e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para as referidas ações, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados e do convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte.

Somos parte ainda em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim, cujo valor, em 30 de setembro de 2008, era de R$33.851. Opusemos embargos à execução, com vistas a provar que as obras, objeto do referido instrumento, foram executadas de forma a atender o aumento populacional desordenado no município, bem como que a realização das obras de infra-estrutura, que não foram por nós executadas, são de responsabilidade do município. Referido processo está em fase de realização de perícia judicial para comprovação das alegações. Consideramos a chance de perda nessa ação como possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

- Ações Ambientais

  Somos parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de nossas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, podemos ser obrigados a investir valores significativos na construção de estações de tratamento e/ou nos abstermos de algumas de nossas de práticas relacionadas aos nossos negócios.

  Uma ação popular de natureza ambiental de que somos parte possui valor de causa relevante, representando R$57.681 em 30 de setembro de 2008. Esta ação popular possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação, e de acordo com nossas estimativas, nossa possibilidade de perda é classificada como possível.

- Termos de Ajustamento de Conduta – TACs

  Firmamos diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Firmamos ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

  As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(**) A mais relevante é a seguinte:

A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, por não ter incluído nas bases de cálculo do PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações monetárias de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência tributária atualizada até 30 de setembro de 2008 é de R$25.214 e pode ser classificada como contingência possível, uma vez que não há jurisprudência relacionada ao assunto. A Companhia, entretanto, interpôs recurso administrativo visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário, e manterá sua posição de discordância em instâncias superiores até a decisão final. Baseada em parecer dos seus assessores jurídicos, a Administração entende não ser necessário constituir provisão para esta autuação.

Em relação à COFINS convêm mencionar que o recurso interposto na esfera administrativa teve seu provimento negado em 14 de junho de 2005, e, no que se refere ao PIS/PASEP, o recurso administrativo ainda está em julgamento perante o segundo conselho de contribuintes. Entretanto, o Superior Tribunal Federal, em recente decisão, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Diante de tal situação, a Companhia pretende utilizar da via judicial visando à anulação do ato administrativo que constituiu o crédito tributário amparado em legislação inconstitucional.

16. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			
	30/09/2008		30/06/2008	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
IRPJ/CSLL	16.825	-	20.055	-
PIS/PASEP/COFINS (*)	-	42.440	-	41.525
Crédito-prêmio de IPI (**)	-	67.120	-	66.175
Total	**16.825**	**109.560**	**20.055**	**107.700**

(*) O valor de R$42.440, atualizado até 30 de setembro de 2008, é decorrente da utilização de créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Face à conclusão de estudo conduzido por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir a presente provisão até que seja definida a base legal de tais créditos.

(**) Em 2001, adquirimos de terceiros, com deságio de 15,0%, o valor de R$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Esse valor, atualizado até 31 de dezembro de 2007, corresponde ao montante de R$137.900. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Secretaria da Receita Federal ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência deste órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Entendemos que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Diante do cenário jurisprudencial atual, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda envolvendo esse assunto como sendo maior do que a de êxito. Por outro lado, julgamos haver bons fundamentos jurídicos para sustentar que parte das compensações foi tacitamente homologada. Assim, há sólidos argumentos para se afirmar a extinção das obrigações junto à Receita Federal em relação aos processos nos quais tenha decorrido mais de cinco anos entre a data da declaração da compensação e qualquer notificação da Receita Federal tendente a infirmar a compensação realizada. Nossos consultores externos, no que diz respeito à homologação das compensações pleiteadas há mais de cinco anos, sem que tenha havido notificação da Receita Federal tendente a infirmar as compensações pleiteadas, estimam as chances de perda nessa parte da contingência como possíveis. Assim, em 30 de setembro de 2008, o saldo desta provisão é de R$67.120, conforme cálculos elaborados pela Companhia, acrescido de multa moratória e taxa SELIC, sendo desconsiderado o valor relativo aos créditos tributários que teriam sido compensados há mais de cinco anos sem que tenha havido homologação ou rejeição expressa por parte da Receita Federal.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO EM BELO HORIZONTE

O Estado e o Município assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

1º) Todas as tubulações de redes de água e de esgotamento sanitário de propriedade do Município, existentes em 23 de maio de 2000, foram transferidas, por alienação, para o patrimônio da Companhia, após devidamente avaliadas, mediante pagamento sob a forma de participação acionária do Município no capital da Companhia, observado o disposto na Lei Municipal nº. 8.754, de 16 de janeiro de 2004. A compra dos citados bens foi referendada pela Assembléia Geral Extraordinária – AGE, de 30 de abril de 2004, e concretizou-se pelo valor de R$280.220, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2º) Findo o prazo deste convênio, os bens alienados à Companhia e incorporados ao seu patrimônio serão revertidos ao patrimônio do Município, mediante recompra, após avaliação contemporânea.

3º) Os bens decorrentes de investimentos efetuados pela Companhia, a partir de 24 de maio de 2000 e até o fim de vigência deste convênio, também serão incorporados ao patrimônio do Município e ressarcidos à Companhia após avaliação contemporânea.

4º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito está sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m3 de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela será calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m3 em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002.

5º) A Companhia assumirá os custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, até o valor máximo de R$170.000. A Companhia e o Município estão negociando o índice de correção das parcelas e um novo prazo para início dos pagamentos, que, contratualmente, deveria se iniciar em janeiro de 2008, em parcelas mensais pelo prazo de 24 anos. Os valores serão corrigidos monetariamente segundo índice a ser estabelecido pelas partes antes do início dos pagamentos.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda do trimestre

O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações financeiras está assim calculado:

	Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007
Lucro (prejuízo) do trimestre antes dos impostos e contribuições	107.391	(17.588)
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	2.990	1.885
• Doações/subvenções lançadas no patrimônio líquido	5.388	5.986
• Provisões temporariamente não dedutíveis	11.331	137.165
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	13.786	-
• Resultado da equivalência patrimonial	1.751	600
• Outras	95	484
	35.341	146.120
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	907	741
• Reversão de provisões não dedutíveis	6.967	63
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	3.643	2.134
• Reversão de contas incobráveis	7.737	4.065
• Outras	1.230	3.934
	20.484	10.937
Base de cálculo	122.248	117.595
Alíquota (25%)	30.562	29.399
Imposto de renda diferido	(1.466)	-
Total provisionado	**29.096**	**29.399**

(b) Contribuição social do trimestre

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	30/09/2008	30/09/2007
Lucro (prejuízo) do trimestre antes dos impostos e contribuições	107.391	(17.588)
Adições		
• Realização de reserva de correção monetária especial	2.990	1.885
• Provisões temporariamente não dedutíveis	11.331	137.165
• Despesa de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	13.786	-
• Resultado da equivalência patrimonial	1.751	600
• Outras	80	565
	29.938	140.215
Exclusões		
• Provisões não dedutíveis - baixas de processos judiciais liquidados	907	741
• Reversão de provisões não dedutíveis	6.967	4.128
• Receita de variação cambial diferida, referente a perdas sobre operações não liquidadas	3.643	2.134
• Outras	7.756	740
	19.273	7.743
Subtotal	118.056	114.884
Compensação de base de cálculo negativa	-	(34.465)
Base de cálculo	118.056	80.419
Alíquota (9%)	10.625	7.238
Contribuição social diferida	(527)	-
Total provisionado	**10.098**	**7.238**

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em atendimento à Medida Provisória nº. 2.158/99, a Companhia apura a variação cambial para fins fiscais pelo regime de caixa desde o exercício social de 2003. Face ao exposto, o excesso de variação cambial contabilizada pelo regime de competência acumula um saldo, em 30 de setembro de 2008, de R$35.383. A Companhia mantém provisionado no exigível a longo prazo o imposto de renda constituído à alíquota de 25% e a contribuição social constituída à alíquota de 9% deste saldo, conforme quadro abaixo.

A Companhia possui também, em 30 de setembro de 2008, créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25% e de contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, conforme quadro abaixo:

	Impostos diferidos em **30/09/2008**	
	Ativos	Passivos
Base de cálculo		
1. Receita de variação cambial diferida, referente a ganhos sobre operações não liquidadas	-	35.383
2. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	24.165	-
3. Provisão para contingências	35.471	-
4. Provisão tributária – crédito prêmio de IPI	67.120	-
5. Provisão tributária – PASEP/COFINS	42.440	-
Total	169.196	35.383
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Sobre débitos		
Imposto de renda (35.383 x 25%)	-	8.846
Contribuição social (35.383 x 9%)	-	3.184
Sobre créditos		
Imposto de renda (169.196 x 25%)	42.299	-
Contribuição social (169.196 x 9%)	15.228	-
Valor registrado	**57.527**	**12.030**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em reuniões realizadas em 29 de fevereiro de 2008 pelo Conselho de Administração, e em 27 de fevereiro de 2008 pelo Conselho Fiscal, foi aprovado estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme definido na Instrução CVM nº. 371.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 30 de setembro de 2008, conforme estimativa a seguir:

Controladora

Exercícios	Expectativa de realização
2009	9.517
2010	3.511
2011	18.235
2012	5.514
2013	8.689
2014 a 2018	12.061
Total	**57.527**

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências foram alocadas nos últimos anos de nossas projeções, em função da dificuldade em se prever, no momento atual, o desfecho e a data de encerramento desses litígios.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia, comparados aos seus valores contábeis, são como segue:

	Controladora 30/09/2008	
	Contábil	Mercado (*)
Ativos:		
Aplicações financeiras (nota 04)	790.967	790.967
Caução de garantia de financiamentos (notas 10 e 11) e aplicações financeiras vinculadas (nota 07)	103.787	103.787
Total	**894.754**	**894.754**
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos (nota 10)	937.539	983.667
Debêntures não conversíveis (nota 11)	448.782	459.139
Debêntures conversíveis (nota 11)	144.844	144.844
Total	**1.531.165**	**1.587.650**

(*) Não revisado.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
CEF/FGTS	10,28%	228	8,66%	Cotação da taxa da CEF em set/08
Gov.Estadual/BDMG	8,87%	78	8,87%	Mesma taxa por não existir similar
Tesouro Nacional	5,38%	64	8,66%	Mesma taxa CEF por não existir similar
Banco Brasil - Ponte	3,81%	15	8,66%	Mesma taxa CEF por não existir similar
União Federal	5,80%	195	8,66%	Mesma taxa CEF por não existir similar
Debêntures	9,54%	70	8,69%	Cotação taxa do BNDES em set/08
Debêntures – ações	8,69%	187	8,69%	Cotação taxa do BNDES em set/08

Em 30 de setembro de 2008, a sujeição do endividamento da Companhia apresentava-se da seguinte forma:

Índice	Endividamento relacionado (%)
TR	53,7
IGP-M	2,1
Dólar – EUA	5,4
TJLP	38,8

A Companhia não possui contratos de troca de índices, juros e ou indicadores, tampouco possui quaisquer outros instrumentos financeiros que possam ser caracterizados como derivativos.

(b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

(c) Moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira consistem em financiamentos destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui garantias quanto à proteção de riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R$83.096 em 30 de setembro de 2008 (R$68.195 em 30 de junho de 2008), cerca de 5,4% de seu endividamento total (cerca de 4,6% em 30 de junho de 2008). A Companhia mantém, em 30 de setembro de 2008, caução no valor de R$23.132 (R$19.190 em 30 de junho de 2008) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (nota 10).

(d) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal-Bonus), no montante de R$83.096 em 30 de setembro de 2008 (R$ 68.195 em 30 de junho de 2008).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido, parcialmente, em função dos ativos que também são indexados às taxas de juros, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
Exposição da Companhia à taxa de juros nacionais	**30/09/2008**	**30/06/2008**
Ativos		
Aplicações financeiras (nota 04)	790.967	815.605
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (notas 10 e 11)	1.448.069	1.403.205
Obrigações superiores aos ativos	**657.102**	**587.600**

20. POLÍTICA DE SEGUROS (não revisado)

A Companhia possui apólices de seguros com cobertura de danos causados por incêndios e outros multi-riscos que contemplam parte de seus bens. Para outros tipos de acidentes que poderiam afetar suas construções, poços, veículos e demais bens do seu ativo imobilizado não há cobertura contratada, face ao histórico de não ocorrência de perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

A Companhia contratou a apólice nº. 1030204471 que cobre bens dos seguintes riscos:

Unidades	Garantia	Valor
Rua Mar de Espanha, 453/525 – Edifício Sede e COPE	Incêndio/raio/explosão Adim.	17.842
Santo Antônio, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
BR 356, km 04 - Estação de tratamento Morro Redondo	Incêndio/raio/explosão	19.223
Belvedere, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Rod. BR - 040, km 544 Almoxarifado	Incêndio/raio/explosão de depósito de produção	9.418
Central - Mutuca, Nova Lima, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1
Av. Ximango, 780 – Almoxarifado da	Incêndio/raio/explosão de depósito de tubos	1.260
SPAL -Barreiro, Belo Horizonte, MG	Tumulto/greve/lock-out/saque/atos dolosos	1

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Em 31 de dezembro de 2007, com base em laudo atuarial elaborado por atuário independente contratado em processo de licitação pública, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um passivo atuarial líquido de R$159.152, de acordo com a NPC 26 do IBRACON, referendada pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, que representava a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados, pensionistas e dos ativos garantidores. De acordo com esses cálculos, a Companhia deveria ainda registrar passivo de R$239.052 (R$175.790 em 2006) em exercícios futuros, correspondente à parcela dos custos atuariais diferida pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

Os cálculos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2007	**2006**
(i) Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	(1.032.073)	(846.834)
Valor justo dos ativos	633.869	529.854
Perdas a serem reconhecidas em exercícios futuros	239.052	175.790
Passivo líquido a ser reconhecido no balanço patrimonial	**(159.152)**	**(141.190)**
(ii) Despesas reconhecidas na demonstração do resultado		
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	(63.386)	(53.164)
Contribuição dos empregados	(13.837)	(12.552)
Amortização do custo de perdas atuariais	5.521	7.891
Total da despesa reconhecida nos exercícios de 2006 e 2005	**43.908**	**46.068**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Movimentação do passivo líquido atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	15.056	13.658
Custos dos juros	86.716	77.683
Rendimento esperado do ativo do plano	95.696	(3.583)
Contribuição dos empregados	13.838	12.552
Contribuições reais da Companhia no ano	(26.067)	(23.626)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do ano	**1.032.073**	**846.834**
(iv) Evolução do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	529.854	444.678
Rendimento real do valor justo dos ativos	63.386	53.164
Contribuições recebidas	42.091	35.685
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganhos) perdas atuariais sobre os ativos do plano (apurados por diferença)	24.604	19.953
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	**633.868**	**529.854**
(v) Evolução do valor presente das obrigações		
Valor presente das obrigações no início do ano	846.834	770.150
Custo do serviço corrente	28.894	26.210
Custos dos juros	86.716	77.683
Benefícios pagos	(26.067)	(23.626)
(Ganho) perda atuarial sobre obrigação atuarial no início do exercício (apurados por diferença)	95.696	(3.583)
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	**1.032.073**	**846.834**

(vi) Premissas atuariais

Estatísticas diversas e outros fatores que visam antecipar eventos futuros no cálculo da despesa e do passivo relativo ao Plano de Benefício Patrocinado pela Copasa. Esses fatores incluem premissas sobre taxa de desconto e o retorno esperado do ativo. Adicionalmente, a Companhia se utiliza de fatores subjetivos, tais como índices de demissões, rotatividade e mortalidade para estimar esses fatores.

(vii) Despesas previstas para o exercício de 2008 (considerando ajustes mencionados anteriormente)	
Custos do serviço corrente	35.530
Custo dos juros	104.310
Rendimento esperado do ativo do plano	(72.299)
Amortização de (ganho) perda atuarial reconhecido no ano de 2007	9.391
Contribuições dos participantes	(17.801)
Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício findo em 31.12.2008	**59.131**

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS — 17.281.106/0001-03

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Hipóteses econômicas*		
Taxa de crescimento salarial (ativos)	Empregados: 6,297%a.a. Autopatrocinados: 4,50%a.a.	Até 5 anos de serviço: 6,08%a.a. Acima: 5,04%..
Taxa de desconto financeiro	10,25%a.a.	10,24%a.a.
Rendimento a longo prazo	11,25%a.a.	11,80%a.a.
Capacidade salarial/benefícios	10,00%	68,10%a.a.
Hipóteses demográficas		
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled**	Ex-CAP
Entrada em invalidez	Wyatt 1985 Class 1**	Álvaro Vindas
Rotatividade	T-1 Withdrawal Table	0,77%a.a até 55 anos
Composição familiar	Ativos e assistidos: 90% Casados e esposa 4 anos mais jovem.	Ativos: 70% casados e esposa 3 anos mais jovem; Assistidos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem.

* Taxas nominais
** Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e pode divergir de forma relevante dos resultados atuais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Do total de R$165.874 de passivo atuarial líquido reconhecido pela COPASA, atualizado até 30 de setembro de 2008, R$6.320 (sendo que neste valor consta R$493 referente a juros de curto prazo) e R$95.346 estão registrados na conta previminas/contribuição especial, no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente, além da provisão registrada na conta previminas/passivo atuarial líquido, registrado no exigível a longo prazo, no valor de R$59.888, constituída pelos valores de R$8.569, lançado em 31 de dezembro de 2006, e R$51.319, sendo R$33.165 lançado contra ajustes de exercícios anteriores e R$18.154 lançado contra resultado do exercício de 2007. A Companhia tem registrado em outras obrigações a pagar o valor de R$4.320, referente a contribuições normais.

22. CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

Controladora

	30/09/2008			30/06/2008		
	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total
Ativo	139.763	17.707	157.470	124.449	17.243	141.692
Passivo	(151.361)	(11.445)	(162.806)	(147.381)	(11.387)	(158.768)
Líquido	**(11.598)**	**6.262**	**(5.336)**	**(22.932)**	**5.856**	**(17.076)**

Consolidado

	30/09/2008			30/06/2008		
	Estado	Outros	Total	Estado	Outros	Total
Ativo	150.779	17.707	168.486	130.686	17.243	147.929
Passivo	(173.692)	(11.445)	(185.137)	(150.937)	(11.387)	(162.324)
Líquido	**(22.913)**	**6.262**	**(16.651)**	**(20.251)**	**5.856**	**(14.935)**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na nota 12, e os convênios descritos na nota 22, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora 30/09/2008				
	COPASA Águas Minerais	COPANOR	COPASA Serviços Irrigação	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	8.248	2.991
- valores a faturar	-	-	-	-	8.804
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes – valores a faturar	-	-	-	-	203.236
- empréstimos	11.998	5.936	1.938	-	-
• Investimentos	21.526	1	608	-	-
Total do ativo	**33.524**	**5.937**	**2.546**	**8.248**	**215.031**
PASSIVO					
Circulante					
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	40.997	-
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	4.832
- Convênios (nota 22)	-	-	-	11.598	-
Total do passivo	**-**	**-**	**-**	**52.595**	**13.629**
	30/09/2008				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	20.169	7.049
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(13.952)
• Receitas financeiras – juros	-	-	-	-	3.352
• Receitas de variações monetárias	251	18	48	-	831

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS — 17.281.106/0001-03

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora 30/06/2008				
	COPASA Águas Minerais	COPANOR	COPASA Serviços Irrigação	Estado MG	PBH
ATIVO					
Circulante					
• Clientes					
- valores faturados	-	-	-	9.574	2.730
- valores a faturar	-	-	-	-	8.632
Não circulante					
• Realizável a longo prazo					
- clientes - valores a faturar	-	-	-	-	201.404
- empréstimos	9.331	5.430	1.824	-	-
• Investimentos	20.644	1	1	-	-
Total do ativo	**29.975**	**5.431**	**1.825**	**9.574**	**212.766**
PASSIVO					
Circulante					
• Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	8.797
• Outras obrigações					
- Prefeituras – repasse tarifário	-	-	-	-	4.628
- Convênios (nota 22)	-	-	-	22.932	-
Total do passivo	**-**	**-**	**-**	**22.932**	**13.425**
	30/09/2007				
TRANSAÇÕES					
• Receitas de serviço de água e esgotamento	-	-	-	16.520	6.274
• Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(12.613)
• Receitas financeiras - juros	-	-	-	-	2.882
• Receitas de variações monetárias	-	-	-	-	1.094

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se quanto à forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas), conforme previsto e comentado na nota 17.

- Convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos convênio de cooperação com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário conforme nota 17.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Convênio operacional com o Município de Belo Horizonte

  Celebramos em 07 de fevereiro de 2006 convênio operacional com o Município de Belo Horizonte para a integração e compatibilização do planejamento, controle e execução de empreendimentos da SUDECAP – Superintendência e Desenvolvimento da Capital, e outros órgãos municipais, e da COPASA, para elaboração de projetos, execução de serviços de implantações e manutenções em infra-estrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, urbanização, tratamento de fundo de vales, drenagem pluvial e desenvolvimento de atividades voltadas para a educação higiênico-sanitária. De acordo com o § 1º e o § 2º da cláusula 2ª, em situações previamente acordadas, serviços de responsabilidade da COPASA poderão ser executados pela SUDECAP, e serviços de responsabilidade da SUDECAP poderão ser executados pela COPASA. Anualmente as partes celebrarão encontro de contas referente aos custos dos serviços executados por cada uma, com o pagamento atualizado dos débitos apurados sendo realizado em 30 (trinta) dias após a efetivação do encontro de contas. Entretanto, em 20 de março de 2007, foi celebrado o 1º termo aditivo, incluindo novo parágrafo à cláusula 5ª, determinando que os débitos oriundos de programas sociais devam ser pagos 30 (trinta) dias após a liberação da medição, e não mais no encontro de contas anual. Em virtude da alteração ocorrida através do 1º termo aditivo, a Companhia efetuou pagamentos à SUDECAP em 08 de maio de 2007, no valor de R$1.257, em 09 de novembro de 2007, no valor de R$1.816, e em 10 de março de 2008, no valor de R$1.836. Estes pagamentos se referem a obras realizadas pela SUDECAP relativas à construção de redes de água e esgotamento sanitário no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, que foram incorporadas ao patrimônio da Companhia. Até 30 de setembro de 2008 não existiram transações que afetassem o resultado, bem como não existem saldos passíveis de encontro de contas.

- Fornecimento de energia

  Somos um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. Possuímos mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme nota 12.

- Contratos de financiamento com o BDMG

  Celebramos diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Contratos com a CODEMIG

  Assinamos com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, um protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme nota 01.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

  Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

  Contrato Particular de Refinanciamento e Financiamento da Dívida de 11 de julho de 1990: como forma e meio de pagamento da dívida, o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu os créditos que forem feitos a sua conta de depósitos provenientes das cotas do Fundo de Participação dos Estados até o limite suficiente ao pagamento das prestações e demais encargos devidos a cada mês. Em 30 de setembro de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$3.298, conforme nota 10.

  Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 30 de setembro de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$179.526, conforme nota 10.

  Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que forem feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 30 de setembro de 2008, o saldo em aberto desses contratos é de R$79.798, conforme nota 10.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Despesas e receitas financeiras:

A variação verificada no resultado financeiro do período de janeiro a setembro de 2008 em relação a igual período de 2007, está assim representada:

	Controladora		
Discriminação	01/01/2008 a 30/09/2008	01/01/2007 a 30/09/2007	Variação
Receitas financeiras	126.711	120.112	6.599
Despesas financeiras	(166.390)	(124.396)	(41.994)
Resultado	**(39.679)**	**(4.284)**	**(35.395)**

A redução de R$35.395 foi motivado pela ocorrência dos seguintes eventos:

		Valor
Receitas financeiras		
1.	Redução de variações cambiais, decorrente de ganhos gerados pela reversão de passivos, em função do aumento do dólar norte-americano, compensado pelo aumento de receitas financeiras relativas às variações monetárias de dívidas de clientes.	(7.010)
2.	Aumento de receitas financeiras relativas aos juros incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (nota 17).	6.584
3.	Aumento de receitas financeiras relativas a rendimentos sobre aplicações financeiras.	7.035
4	Redução de outras receitas financeiras.	(10)
	Total	**6.599**
Despesas financeiras		
1	Redução de despesas financeiras relativas à CPMF e despesas bancárias	7.011
2.	Aumento de despesas financeiras relativas a juros sobre financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal, e variações monetárias sobre dívidas contraídas com a Cemig e a Previminas.	(24.535)
3	Redução de multas e juros sobre impostos e contribuições.	785
4	Aumento de despesas financeiras relativas a juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.	(25.255)
	Total	**(41.994)**

25. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As demonstrações do fluxo de caixa refletem as operações de financiamento, investimento e operações da Companhia derivadas dos registros contábeis preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são apresentadas em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº. 20 (NPC 20), emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - IBRACON - "Demonstrações do Fluxo de Caixa".

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Fluxo de caixa nas atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	145.110	(23.230)	145.110	(23.230)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	3.136	287	3.136
Juros auferidos no trimestre sobre contas a receber de clientes	(3.159)	(2.882)	(3.159)	(2.882)
Variação monetária (VM) auferida no trimestre sobre contas a receber de clientes	(831)	(1.094)	(831)	(1.094)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.994)	-	(1.994)	-
Variação cambial (VC) (auferida) incorrida no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	(3.941)	863	(3.941)	863
Rendimento no trimestre sobre caução de garantia de financiamentos	(1.168)	(427)	(1.168)	(427)
VM auferida no trimestre sobre empréstimos a subsidiárias	(317)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	1.751	600	-	-
Baixas líquidas de imobilizado	52	93	52	93
Depreciação e amortização	60.012	58.712	60.243	58.712
Juros incorridos no trimestre sobre empréstimos	15.809	10.161	15.809	10.161
VM / VC incorrida (auferida) no trimestre sobre empréstimos	19.035	(582)	19.035	(582)
Provisão tributária	1.860	90.456	1.860	90.456
Provisão para contingências	(6.546)	5.936	(6.546)	5.936
Provisão para passivo atuarial	-	32.931		32.931
Juros incorridos no trimestre sobre Previminas/Cemig	1.910	2.051	1.910	2.051
VM incorrida no trimestre sobre Previminas/Cemig	3.960	4.262	3.960	4.262
Lucro ajustado	**231.830**	**180.986**	**230.627**	**180.386**
Redução (aumento) no ativo operacional:				
Contas a receber de clientes - circulante e longo prazo	(16.008)	(16.510)	(18.788)	(16.510)
Estoque	1.649	971	2.533	971
Impostos a recuperar	258	(1.763)	(231)	(1.763)
Despesas antecipadas	(871)	(733)	(905)	(733)
Depósitos judiciais	181	(4.608)	181	(4.608)
Caução em garantia de financiamentos	2.820	(732)	2.820	(732)
Aumento de empréstimos a subsidiárias	(2.970)	-	-	-
Créditos diversos	(2.363)	(1.750)	(3.252)	(1.750)

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2008	30/09/2007	30/09/2008	30/09/2007
Aumento (redução) no passivo operacional:				
Empreiteiros e fornecedores	(5.573)	11.560	(4.782)	11.560
Impostos, taxas e contribuições	2.945	4.056	3.130	4.150
Provisões tributárias	(3.230)	(3.880)	(3.027)	(3.880)
Provisão para férias	4.815	6.608	4.819	6.608
Provisão para 13º salário	9.882	2.090	9.885	2.090
Participação dos empregados nos lucros	(102)	(498)	(102)	(498)
Convênio de cooperação técnica	(11.740)	(8.735)	2.256	(8.735)
Plano de previdência complementar - circulante e longo prazo	237	(30)	237	(30)
Energia elétrica - circulante e longo prazo	484	4.049	403	4.049
Obrigações diversas - circulante e longo prazo	1.093	4.377	1.074	4.383
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**213.337**	**175.458**	**226.878**	**174.958**
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:				
Recursos oriundos de debêntures conversíveis	23	-	23	-
Adições em investimentos	(2.264)	(963)	-	-
Adições de imobilizado	(200.661)	(162.565)	(200.299)	(162.565)
Adições no diferido	-	-	(573)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(202.902)**	**(163.528)**	**(200.849)**	**(162.565)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:				
Captação de novos empréstimos	71.665	203.634	71.665	203.634
Pagamento de principal – empréstimos	(35.328)	(26.502)	(35.328)	(26.502)
Pagamento de juros – empréstimos	(24.760)	(29.462)	(24.760)	(29.462)
Juros sobre o capital próprio pagos no trimestre	(3.118)	(2.117)	(3.118)	(2.117)
Pagamento de principal - Previminas/Cemig	(5.846)	(4.900)	(5.846)	(4.900)
Pagamento de juros – Previminas/Cemig	(1.908)	(2.051)	(1.908)	(2.051)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**705**	**138.602**	**705**	**138.602**
Aumento líquido no saldo de disponibilidades	**11.140**	**150.532**	**26.734**	**150.995**
Saldo de disponibilidades no início do trimestre	841.474	790.521	842.987	790.521
Saldo de disponibilidades no final do trimestre	852.614	941.053	869.721	941.516
Informações suplementares de fluxo de caixa				
Juros pagos sobre empréstimos	24.760	29.462	24.760	29.462
Imposto de renda e contribuição social pagos	43.496	41.542	43.532	41.542
	68.256	**71.004**	**68.292**	**71.004**
Transações que não afetaram o caixa				
Capitalização de juros sobre empréstimos	13.344	19.184	13.344	19.184
Imobilizado recebido na forma de doação	7.783	6.029	7.783	6.029
	21.127	**25.213**	**21.127**	**25.213**

26. EXIGIBILIDADE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº. 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº. 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Contudo, em 1991, suspendemos o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº. 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de nossas tarifas, não sendo cobrado de nossos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexiste qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA EXECUTIVA

MÁRCIO AUGUSTO VASCONCELOS NUNES	Diretor Presidente
HERCULANO ANGHINETTI	Diretor Vice-presidente
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios
DIEGO LEONARDO DE ANDRADE CARVALHO	Diretor de Operação Sudoeste
GELTON PALMIERI ABUD	Diretor de Gestão Corporativa
JUAREZ AMORIM	Diretor de Operação Metropolitana
MARCIO LUIZ MURTA KANGUSSU	Diretor de Operação Norte
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA	Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO	Contador - CRCMG - 36.109

Relatório do Desempenho Operacional para a CVM

3T08 - Terceiro trimestre de 2008

1- Dados Gerais de Atendimento

Os resultados do terceiro trimestre/2008 (3T08) mostram que a empresa ampliou sua excelência no atendimento com água tratada. A população atendida com serviços de abastecimento de água aumentou em 470 mil pessoas, atingindo 12,3 milhões de habitantes ante 11,8 milhões no terceiro trimestre/2007 (3T07). Este número representa um índice de atendimento de 97,5% em sua área de atuação e de 63,4% em relação à população total do Estado. O número de municípios com prestação de serviços de água passou de 586, em setembro/2007, para 599 em setembro/2008.

COPASA MG

Dados Gerais de Atendimento com Abastecimento de Água
3º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	3T08	3T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	611	611	0	0,0
Municípios com Operação (2)	número	599	586	13	2,2
População Atendida	mil habitantes	12.324	11.854	470	4,0
Índice de Atendimento (3)	%	97,5	98,0	-0,5	-0,5
Atendimento à População do Estado (4)	%	63,4	60,3	3,1	5,1
Ligações Faturadas	mil ligações	3.259	3.135	124	4,0
Extensão de Rede	km	40.494	38.997	1.497	3,8
Volume Faturado de Água	1.000 m³/trimestre	149.032	147.937	1.095	0,7
Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	218.841	216.260	2.581	1,2

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros
(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros
(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços
(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Esse desempenho se refletiu no número de ligações faturadas da empresa, que apresentou acréscimo de 124 mil ligações de água, totalizando 3,26 milhões de ligações, representando um aumento de 4,0% comparativamente ao 3T07. A rede de distribuição de água foi ampliada em 1.497 km, totalizando 40.494 km, com incremento de 3,8% em relação ao 3T07 (38.997 km).

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, os avanços foram maiores, fruto do esforço empreendido para aumentar a cobertura desses serviços nas localidades operadas. O número de municípios com operação aumentou em 24,8%, passando de 101 em setembro/2007 para 126 no 3T08, atendendo uma população total de 6,5 milhões de pessoas (6,1 milhões no 3T07). O incremento verificado de 5,7% (348 mil pessoas), corresponde a um índice de atendimento de 80,9% na área de atuação, tendo o atendimento em relação à população total do Estado aumentado de 31,2% para 33,4% no mesmo período.

COPASA MG
Dados Gerais de Atendimento com Esgotamento Sanitário
3º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	3T08	3T07	Variação	
				valor	%
Municípios com Concessão (1)	número	189	183	6	3,3
Municípios com Operação (2)	número	126	101	25	24,8
População Atendida	mil habitantes	6.491	6.143	348	5,7
Índice de Atendimento (3)	%	80,9	82,5	-1,6	-1,9
Atendimento à População do Estado (4)	%	33,4	31,2	2,2	7,1
Ligações Faturadas	mil ligações	1.588	1.493	95	6,4
Extensão de Rede	km	14.588	13.130	1.458	11,1
Volume Faturado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	81.918	80.208	1.710	2,1
Volume Tratado de Esgoto	1.000 m³/trimestre	26.815	23.204	3.611	15,6

(1) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer concessão: sedes, vilas, povoados ou outros
(2) - Total de municípios onde a empresa detém qualquer operação: sedes, vilas, povoados ou outros
(3) - População atendida em relação à população das localidades com prestação de serviços
(4) - População atendida em relação à população total (urbana + rural) do Estado

Esse atendimento é realizado por meio de 1,59 milhão de ligações faturadas de esgoto (1,49 milhão no 3T07), representando um aumento de 95 mil ligações (6,4%). A rede coletora expandiu em 1.458 km, totalizando 14.588 km, o que representa um aumento de 11,1% em relação ao 3T07.

Quanto à redução do índice de atendimento de água e esgoto, comparativamente ao 3T07, está associada principalmente ao início de operação de localidades com baixo nível de atendimento.

O volume de esgoto tratado atingiu 26,8 milhões de m³ no trimestre, com elevação de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, à ampliação dos volumes tratados nas estações em operação e ao início de operação de novas Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs, destacando-se, em 2008, as inauguradas nas cidades de Contagem, Coronel Murta, Jaíba, Pedralva, São João do Paraíso e Varginha.

2- Indicadores de Desempenho

A expansão da empresa no período elevou o volume faturado de água em 1,1 milhão de m³ (0,7%) e o de esgoto em 1,7 milhão de m³ (2,1%), em relação ao 3T07. Contribuíram para este resultado a ampliação do número de pessoas atendidas com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades onde já operávamos esses sistemas e o início de faturamento em novas localidades. No terceiro trimestre de 2008 iniciamos o faturamento dos sistemas de esgoto nas cidades de Brumadinho, Coração de Jesus, Coronel Murta, Francisco Dumont, Jaíba e São João do Paraíso.

Em relação aos indicadores de desempenho, permanece como destaque a produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,40 empregados/1000 ligações em 3T07 para 2,30 em 3T08, principalmente devido ao crescimento verificado no número de ligações e ao contingenciamento do quadro das áreas administrativas.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COPASA MG

Indicadores de Desempenho Operacional/Comercial

3º trimestre de 2008 e 2007

Itens	Unidades	3T08	3T07	Variação	
				valor	%
1-Empregados	nº	11.140	11.097	43	0,4
2-Empregados/ligações (A+E)	emp/1.000 ligações	2,30	2,40	-0,10	-4,2
3-Volume Faturado					
Água	1.000 m³/trimestre	149.032	147.937	1.095	0,7
Esgoto	1.000 m³/trimestre	81.918	80.208	1.710	2,1
Total	1.000 m³/trimestre	230.950	228.145	2.805	1,2
4-Volume Produzido de Água	1.000 m³/trimestre	218.841	216.260	2.581	1,2
5-Índice de Hidrometração	%	99,34	99,88	-0,54	-0,5
6-Índice de Macromedição	%	94,11	94,40	-0,29	-0,3
7-Água Não Convertida em Receita - ANCR (1)	l/ligação/dia	248,34	264,24	-15,90	-6,0

(1) - Média últimos 12 meses

O percentual de ligações hidrometradas manteve-se elevado, atingindo 99,34% em setembro/2008. Embora ligeiramente inferior ao verificado em 3T07 (99,88%), devido ao início de operação de sistemas com baixo índice de hidrometração e que estão em processo de padronização, este índice é um dos melhores entre as companhias de saneamento.Por outro lado, o indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores, que atingiu 248,3 l/lig/dia no 3T08, apresentou uma redução de 15,9% em relação ao 3T07 (264,2 l/lig/dia). Os estudos tem demonstrado que tal indicador, que inclui as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, os furtos e as imprecisões de medição, é um dos menores dentre as empresas de saneamento do Brasil.

Este desempenho é resultado do Programa de Combate e Redução das Perdas de Água - PRPA, que a empresa implantou e vem desenvolvendo desde 2003 tendo como base conceitos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA e da International Water Association – IWA. Assim, com apenas 1,2% de aumento no volume produzido de água tratada em 3T07 foi possível abastecer mais 470 mil pessoas em 3T08.

3- Investimentos medidos em 3T08

Os investimentos realizados nos nove primeiros meses de 2008 totalizaram R$ 648,7 milhões, correspondendo a 64,9% do total previsto para o ano. Desse total, R$ 318,6 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R$ 313,2 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário e os R$ 16,9 milhões restantes foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros.

No trimestre foram investidos R$ 222,5 milhões, sendo R$ 99,0 milhões destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, destacando-se a implantação da estação de tratamento de esgoto de Montes Claros, a ampliação do tratamento secundário da ETE Onça e a ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Alfenas e Pedro Leopoldo.

Já os investimentos em sistemas de abastecimento de água corresponderam ao valor de R$ 117,7 milhões. Das obras em andamento destacam-se a ampliação do Sistema Produtor do Rio das Velhas e a expansão da capacidade de atendimento do sistema de abastecimento de água de Ribeirão das Neves.

INVESTIMENTOS (EM R$ MILHÕES)	2008 (PREVISTO)	REALIZADO ATÉ SET/08
ÁGUA	326,0	318,6
ESGOTO	644,0	313,2
OUTROS	30,0	16,9
TOTAL	**1.000,0**	**648,7**

4- Desempenho do resultado financeiro

O terceiro trimestre de 2008, quando comparado com o mesmo período de 2007, demonstra que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG continua cumprindo a missão a que está proposta. O resultado negativo de R$23.230 mil apresentado no referido trimestre de 2007 transformou-se num lucro de R$145.110 mil em 2008, gerado a partir de um crescimento de 13,02% na receita operacional bruta – R$598.934 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$529.945 mil no 3º trimestre de 2007.

Esse desempenho foi possível também devido à política de administração de custos da Companhia que tem conseguido aumentar sua receita ao mesmo tempo em que reduz o seu esforço para a geração da mesma. O aumento da receita ocorreu utilizando-se 46,04% em custos de serviços prestados (47,44% em 2007), 7,05% em despesas comerciais (8,83% em 2007), 14,02% em despesas administrativas (16,58% em 2007) e um acréscimo de 1,09% em outras receitas operacionais, líquido de outras despesas operacionais contra uma redução de 26,63% em 2007, por causa da não recorrência de provisões tributárias realizadas no 3º trimestre de 2007.

Embora a Companhia esteja sujeita aos efeitos da crise econômica, o resultado financeiro líquido contribuiu, ainda que timidamente, para o aumento de receita no trimestre em destaque e houve o reconhecimento do capital investido pelos acionistas: 14,32% da receita operacional líquida correspondem a juros sobre o capital próprio (6,53% no 3º trimestre de 2007).

A análise dos quadros abaixo permitirá o acompanhamento do resultado financeiro da Copasa no terceiro trimestre de 2008/2007.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3º trimestre	Controladora 2008		2007		Variação	
Demonstração do resultado do trimestre		%		%		%
Receitas dos serviços de água	454.884		401.794		53.090	13,21
Receitas dos serviços de esgoto	144.050		128.151		15.899	12,41
Receita operacional bruta	**598.934**		**529.945**		**68.989**	**13,02**
Deduções da receita operacional bruta	(61.668)		(55.036)		(6.632)	12,05
Receita operacional líquida	**537.266**	**100,00**	**474.909**	**100,00**	**62.357**	**13,13**
Custos dos serviços prestados	(247.342)	-46,04	(225.315)	-47,44	(22.027)	9,78
Lucro bruto	**289.924**	**53,96**	**249.594**	**52,56**	**40.330**	**16,16**
Despesas comerciais	(37.893)	-7,05	(41.913)	-8,83	4.020	-9,59
Despesas administrativas	(75.312)	-14,02	(78.745)	-16,58	3.433	-4,36
Outras receitas (despesas) operacionais	5.880	1,09	(126.472)	-26,63	132.352	n.m.
Resultado financeiro líquido	1.705	0,32	10.943	2,30	(9.238)	-84,42
Juros sobre capital próprio	(76.913)	-14,32	(30.995)	-6,53	(45.918)	n.m.
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**107.391**	**19,99**	**(17.588)**	**-3,70**	**124.979**	**n.m.**
Imposto de renda e contribuição social	(39.194)	-7,30	(36.637)	-7,71	(2.557)	6,98
Reversão dos juros sobre capital próprio	76.913	14,32	30.995	6,53	45.918	n.m.
Lucro líquido do trimestre	**145.110**	**27,01**	**(23.230)**	**-4,89**	**168.340**	**n.m.**

- **Receita operacional bruta** – A receita operacional bruta aumentou R$68.989 mil ou 13,02%, atingindo R$598.934 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$529.945 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$53.090 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água e R$15.899 mil relativos a serviços de esgotamento sanitário.

  A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos períodos indicados:

3º trimestre	Controladora 2008		2007		Variação
		%		%	%
Receita operacional bruta					
Serviços de abastecimento de água	454.884	75,95	401.794	75,82	13,21
Serviços de esgotamento sanitário	144.050	24,05	128.151	24,18	12,41
Total	**598.934**	**100,00**	**529.945**	**100,00**	**13,02**

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água** – A receita de abastecimento de água aumentou 13,21% atingindo R$454.884 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$401.794 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, do reajuste tarifário praticado a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008, e do aumento no consumo faturado no período de 1.095.366 m^3, passando de 147.937.008 m^3 no 3º trimestre de 2007 para 149.032.374 m^3 no 3º trimestre de 2008.

- **Esgotamento sanitário** – A receita decorrente de esgotamento sanitário aumentou 12,41%, atingindo R$144.050 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$128.151 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, do reajuste tarifário praticado a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008, e do aumento no consumo faturado no período de 1.710.099 m^3, passando de 80.208.252 m^3 no 3º trimestre de 2007 para 81.918.351 m^3 no 3º trimestre de 2008.

- **Deduções da receita operacional bruta** – As deduções da receita operacional bruta aumentaram 12,05%, atingindo R$61.668 mil no 3º trimestre de 2008 contra R$55.036 mil no mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorreu do crescimento no recolhimento dos tributos PIS/PASEP e COFINS, como decorrência direta do aumento da receita operacional bruta, a qual constitui a base de cálculo dos referidos tributos.

  Os descontos incondicionais são descontos concedidos aos nossos grandes consumidores, bem como a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos. No 3º trimestre de 2008, o valor dos referidos descontos foi de R$6.906 mil, contra R$6.630 mil no mesmo período de 2007.

  A tabela abaixo demonstra as deduções da receita operacional, indicando as contribuições referentes a PIS/PASEP e COFINS, nos períodos indicados:

	Controladora				
3º trimestre	2008		2007		Variação
Deduções da receita operacional		%		%	%
PIS/PASEP	9.768	15,84	8.634	15,69	13,12
COFINS	44.994	72,96	39.772	72,26	13,13
Descontos incondicionais	6.906	11,20	6.630	12,05	4,16
Total	**61.668**	**100,00**	**55.036**	**100,00**	**12,05**

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- **Receita operacional líquida** – A receita operacional líquida atingiu R$537.266 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$474.909 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 13,13% em função, principalmente, do reajuste tarifário ocorrido em março de 2008.

- **Custos e despesas operacionais** – A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

  Custos dos serviços prestados – Os custos de serviços prestados, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário aumentaram R$22.027 mil ou 9,78% no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora			
3º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	%
Custos dos serviços prestados	**247.342**	**225.315**	**22.027**	**9,78**
Pessoal	89.392	73.630	15.762	21,41
Material	21.113	18.228	2.885	15,83
Energia elétrica	49.016	60.018	(11.002)	-18,33
Serviços de terceiros	26.228	19.060	7.168	37,61
Repasse tarifário a municípios	14.565	12.904	1.661	12,87
Gastos gerais	3.014	2.543	471	18,52
Depreciações e amortizações	54.045	49.185	4.860	9,88
Recuperação de crédito *(PIS-PASEP/COFINS)*	(10.031)	(10.253)	222	-2,17

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$15.761 mil, ou o equivalente 21,41% se deve basicamente ao reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010. Além disso, observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Salário hora normal	33.363.014	31.013.942	2.349.072	7,57
Salário hora extra	2.895.267	2.290.621	604.646	26,40
Gratificação de função	367.530	315.773	51.757	16,39
Férias	9.344.832	5.974.247	3.370.585	56,42
13º salário	4.302.781	3.612.424	690.357	19,11
Insalubridade	831.461	766.723	64.738	8,44
Complemento de auxilio doença	779	4.198	(3.419)	-81,44
Gratificação por desempenho institucional	4.633.764	4.107.250	526.514	12,82
Previdência social	13.551.644	12.417.120	1.134.524	9,14
FGTS	4.568.902	3.883.502	685.400	17,65
Seguro acidentes de trabalho	810.385	1.552.497	(742.112)	-47,80
Indenizações e aviso prévio	307.650	214.649	93.001	43,33
Formação profissional	2.308	134	2.174	n.m.
Lanche padrão	219.232	219.841	(609)	-0,28
Programa vale transporte	1.315.702	1.397.403	(81.701)	-5,85
Programas suplementares – COPASS	1.228.973	1.077.235	151.738	14,09
Programa de saúde	2.218.926	2.095.866	123.060	5,87
Programa de alimentação	12.769.159	9.904.565	2.864.594	28,92
Programa de seguridade	3.047.293	1.925.283	1.122.010	58,28
Outros programas assistenciais	626.933	94.724	532.209	n.m.
Gratificação de desempenho gerencial	202.165	199.226	2.939	1,48
Participação no lucro e resultado – PLR	-	(7.483)	7.483	-100,00
Custos pré-operacionais	-	(4.410.787)	4.410.787	-100,00
Custos de expansão	(7.217.198)	(5.018.352)	(2.198.846)	43,82
*** Custo pessoal**	**89.391.502**	**73.630.601**	**15.760.901**	**21,41**

- **Material** – Os gastos com materiais aumentaram R$2.885 mil ou 15,83% no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal evento desse aumento foi a provisão de despesas com veículos (combustíveis, lubrificantes e peças), neste trimestre, que não haviam sido reconhecidas em época própria, no valor aproximado de R$2.036 mil.

- **Energia elétrica** – A variação ocorrida no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 reflete a redução na tarifa de energia elétrica determinada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica a partir de maio de 2008.

- **Serviços de terceiros** – Os gastos com serviços de terceiros tiveram aumento de 37,61% ou o equivalente a R$7.168 mil neste 3º trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Os valores mais relevantes referem-se a serviços de

conservação e manutenção em redes e ligações prediais de água e de esgoto e serviços em bens administrativos no valor de R$3.340 mil, e em serviço de arrecadação no valor de R$3.267 mil. O aumento de R$2.340 mil em serviço de arrecadação corresponde ao valor que não foi distribuído da despesa comercial para custos dos serviços prestados, no 3º trimestre de 2007.

- **Repasse tarifário** – O aumento de 12,87% ou R$1.661 mil verificado no 3º trimestre de 2008, quando comparado com o 3º trimestre de 2007, deve-se à variação da receita operacional líquida, pois este item varia de acordo com a receita operacional que a Companhia arrecada nos municípios de Belo Horizonte e Divinópolis, cujos contratos de concessão prevêem a participação destas prefeituras nos valores arrecadados nestes municípios.

- **Depreciação e amortização** – O aumento no valor de R$4.860 mil ou 9,88% corresponde às novas aquisições de bens patrimoniais e à incorporação de obras ocorridas no 3º trimestre de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007.

- **Despesas comerciais –** Os gastos com o sistema comercial da Companhia reduziram 9,59% ou R$4.020 mil no 3º trimestre de 2008 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

	Controladora			
3º Trimestre	2008	2007	Variação	%
Despesas comerciais	**37.893**	**41.913**	**(4.020)**	**-9,59**
Pessoal	21.705	16.279	5.426	33,33
Material	766	726	40	5,51
Serviços de terceiros	3.512	4.736	(1.224)	-25,84
Gastos gerais	269	177	92	51,98
Depreciações e amortizações	2.064	1.907	157	8,23
Provisão de contas – PDD	9.577	18.088	(8.511)	-47,05

As principais variações são:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$5.426 mil, ou o equivalente a 33,33%, foi gerado por causa do impacto do reajuste salarial de 5,9%, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, assinado em julho de 2008. Considera-se também a alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado

como despesa administrativa, implicando a variação de R$2.409 mil no 3º trimestre de 2008 na despesa de pessoal, comparado com o mesmo período do ano anterior.

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/HN	7.839.096	6.463.266	1.375.830	21,29
Ordenados e salários/HE	416.245	237.160	179.085	75,51
Gratificação de função	31.136	28.852	2.284	7,92
Férias	2.085.815	1.199.378	886.437	73,91
13º Salário	934.725	689.479	245.246	35,57
Insalubridade	3.486	4.464	(978)	-21,91
Complemento auxílio doença	332	640	(308)	-48,13
Gratificação de desempenho institucional – GDI	1.089.048	855.100	233.948	27,36
Previdência social	2.950.109	2.408.762	541.347	22,47
FGTS	1.012.709	775.709	237.000	30,55
Seguro acidentes de trabalho	189.888	253.252	(63.364)	-25,02
Indenizações/aviso prévio	65.375	34.311	31.064	90,54
Formação profissional	-	1.514	(1.514)	-100,00
Lanche padrão	184.987	113.599	71.388	62,84
Programa vale transporte	308.610	229.693	78.917	34,36
Programa suplementação – COPASS	273.272	214.033	59.239	27,68
Programa de saúde	557.607	407.365	150.242	36,88
Programa alimentação	2.992.803	1.987.061	1.005.742	50,61
Programa de seguridade	565.825	323.054	242.771	75,15
Outros programas assistenciais	183.499	36.738	146.761	n.m.
Gratificação de desempenho gerencial – GDG	20.790	16.759	4.031	24,05
Participação no lucro e resultado – PLR	-	(1.037)	1.037	-100,00
*** Custo pessoal**	**21.705.357**	**16.279.152**	**5.426.205**	**33,33**

- **Serviços de terceiros** – O saldo dos serviços de terceiros reduziu R$1.224 mil ou 25,84%, em conseqüência da não distribuição de R$3.051 mil de serviços de arrecadação em 2007 para custos de serviços prestados, compensada pelo aumento de R$1.123 mil em serviços de comunicação, devido ao acerto da classificação desta conta que, a partir de 2007, concentra as despesas com correios.

- **Provisão de contas - PDD** – A redução de R$8.511 mil ou 47,05% apresentada no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, deve-se basicamente a estorno de créditos de juros e atualização monetária de faturas baixadas contra provisão de devedores duvidosos a partir de 2008 e a redução da provisão de faturas de clientes com histórico de créditos de inadimplentes no período, proveniente de adequações no processo de geração da provisão.

- **Despesas administrativas** - Os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de diretoria e suas respectivas superintendências diminuíram R$3.433 mil ou 4,36% na comparação entre os terceiros trimestres de 2008 e 2007, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2008	2007	Variação	
3º trimestre				%
Despesas administrativas	**75.312**	**78.745**	**(3.433)**	**-4,36**
Pessoal	46.966	47.576	(610)	-1,28
Material	1.537	1.467	70	4,77
Serviços de terceiros	20.385	19.858	527	2,65
Gastos gerais	2.521	2.224	297	13,35
Depreciações e amortizações	3.903	7.620	(3.717)	-48,78

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – Os custos com pessoal administrativo apresentaram uma redução de R$610 mil em relação ao mesmo período do ano passado: R$46.966 mil no 3º trimestre de 2008 e R$47.576 mil no mesmo período de 2007. Dentre as variações ocorridas nesse grupo destacamos as seguintes: redução de R$2.366 mil nos gastos com programa de saúde e R$1.570 mil em ressarcimento de empregado cedido em convênios e às subsidiárias, compensada pelo impacto do reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010 e pela alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implicando a redução de R$2.409 mil no 3º trimestre de 2008 na despesa de pessoal administrativo, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/HN	16.713.441	17.399.366	(685.925)	-3,94
Ordenados e salários/HE	224.668	207.062	17.606	8,50
Gratificação de função	865.889	703.791	162.098	23,03
Honorários diretoria/conselhos	609.125	666.477	(57.352)	-8,61
Férias	5.181.156	3.469.474	1.711.682	49,34
13º salário	2.194.995	1.925.068	269.927	14,02
Insalubridade	25.691	25.275	416	1,65
Complemento auxílio doença	2.075	3.392	(1.317)	-38,83
Gratificação de desempenho institucional – GDI	2.448.280	2.282.225	166.055	7,28
Previdência social	6.906.400	6.740.300	166.100	2,46
FGTS	2.468.674	2.142.695	325.979	15,21
Seguro acidentes de trabalho	453.654	708.208	(254.554)	-35,94
Indenizações/aviso prévio	1.545.883	1.595.147	(49.264)	-3,09
Formação profissional	430.023	95.979	334.044	n.m.
Lanche padrão	200.707	68.225	132.482	n.m.
Programa vale transporte	419.594	449.547	(29.953)	-6,66
Programa suplementação – COPASS	618.873	585.193	33.680	5,76
Programa de saúde	2.026.518	4.392.640	(2.366.122)	-53,87
Programa alimentação	2.512.333	2.374.175	138.158	5,82
Programa de seguridade	2.115.826	1.430.199	685.627	47,94
Outros programas assistenciais	432.324	234.223	198.101	84,58
Contribuição para AECO	-	20.553	(20.553)	-100,00
Ressarcimento funcionário cedido para convênio	(1.886.813)	(316.521)	(1.570.292)	n.m.
Gratificação de desempenho gerencial – GDI	457.177	382.286	74.891	19,59
Participação no lucro e resultados	-	(8.857)	8.857	-100,00
*** Custo pessoal**	**46.966.493**	**47.576.122**	**(609.629)**	**-1,28**

- **Serviços de terceiros –** Os custos com serviços de terceiros aumentaram R$ 527 mil ou 2,65% em relação ao 3º trimestre de 2007. As variações mais relevantes são: serviços de limpeza, vigilância e mensageiros no valor de R$1.105 mil, uma vez que a provisão referente ao mês de setembro de 2007 somente foi reconhecida no mês de outubro do referido ano e, este ano, o reconhecimento está acontecendo na competência; os serviços de telefonia no valor de R$1.141 mil, gerados em função do aumento de demanda do serviço e pelos reflexos dos aumentos tarifários no setor; compensados pela redução dos encargos de previdência social sobre serviço de terceiros, no valor de R$1.268 mil. Essa redução ocorreu como reflexo do acerto de encargos de INSS referente aos períodos de outubro de 2006 a agosto de 2007, registrados no 3º

trimestre de 2007, quando um ajuste no SAP permitiu à Companhia visualizar o não reconhecimento de tais despesas. A partir de então, os reconhecimentos passaram a ser feitos mensalmente.

- **Depreciações e amortizações –** Os custos com depreciação e amortização no setor administrativo reduziram 48,78% ou R$3.717 mil no 3º trimestre de 2008, em relação ao mesmo trimestre do ano de 2007, por causa do impacto da não recorrência do ajuste realizado neste grupo em setembro de 2007, no valor de R$4.355 mil referente às despesas de amortização do SAP dos períodos de janeiro a setembro de 2007.

- **Outras receitas / despesas operacionais** – Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para as receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

	Controladora			
3º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	
Outras receitas operacionais				%
Receita de serviços técnicos	1.774	1.784	(10)	-0,56
Reversão de provisão não dedutível	6.967	63	6.904	n.m.
Recuperação de contas baixadas	2.627	5.099	(2.472)	-48,48
Outras receitas	2.637	514	2.123	n.m.
Equivalência patrimonial - Jaíba	607	-	607	-
Total de outras receitas operacionais	**14.612**	**7.460**	**7.152**	**95,87**
Outras despesas operacionais				
Perdas eventuais ou extraordinárias	(5.608)	(97.670)	92.062	-94,26
Outras despesas	(766)	(36.262)	34.896	-97,85
Equivalência patrimonial – Copanor	(976)	(600)	(376)	62,67
Equivalência patrimonial – Águas Minerais	(1.382)	-	(1.382)	-
Total de outras despesas operacionais	**(8.732)**	**(133.932)**	**125.200**	**-93,48**
Outras receitas (despesas) operacionais	**5.880**	**(126.472)**	**132.352**	**n.m.**

Principais variações e causas:

- **Outras receitas operacionais** – A variação de R$7.152 mil, ou 95,87%, neste grupo, deve-se ao aumento de R$6.904 mil na conta de reversão de provisão não dedutível – processos judiciais, devido às mudanças de procedimentos adotados pela Procuradoria Jurídica da Companhia, que reclassificou diversos processos de perda possível para remota e reavaliou o valor dos processos, utilizando como parâmetro o valor da condenação ao invés do valor atribuído às causas pelos reclamantes, além da baixa de alguns processos, de R$1.240 mil na conta de receita de obras especiais a terceiros e de R$1.128 mil na conta de

outras receitas - recuperação e incorporação de materiais de obras, compensada pela redução de R$2.472 mil ou 48,48% da recuperação de contas baixadas.

- **Outras despesas operacionais** – A redução de R$125.200 mil, ou 93,48% refere-se à não recorrência da provisão do 3º trimestre de 2007 de perdas eventuais ou extraordinárias no valor de R$90.456 mil, sendo R$26.624 mil para PIS/PASEP e COFINS e R$63.832 mil para crédito-prêmio de IPI, e em outras despesas para o passivo atuarial líquido no valor de R$32.931 mil. Houve ainda redução de R$5.131 mil em provisões para processos judiciais compensada pela absorção do resultado negativo da equivalência patrimonial das subsidiárias Copanor, no valor de R$376 mil, e Copasa Águas Minerais de Minas S/A, no valor de R$1.382 mil.

- **Receitas e despesas financeiras** – Refletem os resultados relativos às aplicações, valores a receber, operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

	Controladora			
3º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	%
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(1.107)	6.883	(7.990)	n.m.
Juros	9.196	7.270	1.926	26,49
Ganho real em aplicações financeiras	25.508	21.334	4.174	19,57
Outras receitas	15	-	15	-
Total de receitas financeiras	**33.612**	**35.487**	**(1.875)**	**-5,28**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(12.797)	(8.547)	(4.250)	49,73
Juros sobre financiamentos	(18.594)	(10.128)	(8.466)	83,59
Outras despesas	(516)	(5.869)	5.353	-91,21
Total de despesas financeiras	**(31.907)**	**(24.544)**	**(7.363)**	**30,00**
Receitas (despesas) financeiras	**1.705**	**10.943**	**(9.238)**	**-84,42**

Principais variações e causas:

- **Variações monetárias e cambiais –** A Companhia detém 4,67% de seu passivo não circulante vinculado à oscilação da moeda americana. Em garantia a esses financiamentos, estão registradas em nossos ativos cauções que representam um percentual desse passivo não circulante as quais são impactadas também pela oscilação da moeda. Neste 3º trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e provenientes das variações cambiais tiveram uma redução de R$7.990 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo não circulante e indexadas às variações cambiais, foram aumentadas em R$4.250 mil. Essas variações refletem o impacto da crise americana no resultado da Companhia, uma vez que a cotação do dólar aumentou R$0,328 neste trimestre (R$1,5970 em 30 de junho de 2008 contra R$1,9250 em 30 de setembro de 2008) enquanto no mesmo trimestre do ano anterior reduziu R$0,0820 (R$1,9310 em 30 de junho de 2007 contra R$1,8490 em 30 de setembro de 2007).

- **Juros** – Esse item registra as receitas auferidas com os juros de parcelamentos de débitos das prefeituras, os juros incidentes sobre os empréstimos compulsórios, bem como da caução referente aos financiamentos do passivo não circulante. Os juros ativos, incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte, aumentaram R$1.926 mil neste trimestre quando comparados ao mesmo trimestre do exercício anterior. Os juros passivos aumentaram R$8.466 mil devido à apropriação de juros em moeda nacional e à reclassificação de contas do subgrupo outras despesas financeiras para o subgrupo juros, impactando o desempenho deste último em R$2.115 mil, no 3º trimestre de 2008.

- **Ganho real em aplicações financeiras** – O aumento de 19,57% ou R$4.174 mil no 3º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras.

- **Outras receitas / despesas** – As outras receitas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia neste 3º trimestre, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. As outras despesas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item reduziu R$5.353 mil ou 91,21% no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007, devido à extinção da CPMF, que em 2007 representou variação de R$2.893 mil, e à reclassificação de contas deste subgrupo para o subgrupo juros, no valor de R$2.115 mil.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- **Juros sobre o capital próprio** – Neste 3º trimestre, a Companhia registrou juros sobre o capital próprio sobre os resultados no valor de R$76.913 mil, sendo R$51.658 mil referente ao 1º semestre e R$25.255 mil referente ao 3º trimestre de 2008, contra R$30.995 mil, no mesmo período do ano anterior. Esse aumento refere-se à provisão dos juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2008 que afetou o resultado do 3º trimestre, em virtude da data da assembléia que o autorizou, em 25/07/2008. A provisão dos juros em 2007 ocorreu dentro do 2º trimestre de 2007.

- **Provisão para imposto de renda e contribuição social** – A tributação sobre o lucro neste 3º trimestre de 2008 atingiu R$39.194 mil contra R$36.637 mil no 3º trimestre do ano anterior. Conforme legislação específica, o valor do imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre os lucros tributáveis ajustados.

- **Lucro líquido do trimestre** – O lucro líquido do 3º trimestre de 2008 foi de R$145.110 mil com um aumento de R$168.340 mil em relação ao prejuízo de R$23.230 mil em igual trimestre do ano anterior. Este aumento no lucro deve-se à não recorrência das provisões tributárias e do passivo atuarial ocorridas no 3º trimestre de 2007.

- **Geração de recursos ou EBITDA** – Foram gerados R$242.611 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$151.632 mil no 3º trimestre de 2007, apresentando um aumento de R$90.979 mil. A margem EBITDA registrada foi de 44,01% no 3º trimestre de 2008, contra 31,43% no 3º trimestre de 2007, aumento de 12,57p.p. que decorre do crescimento das receitas operacionais e do fato de que os índices de 2007 foram comprometidos pela provisão tributária de R$90.456 mil e passivo atuarial de R$32.931 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
3º trimestre	2008	2007	Variação	
Lucro líquido	**145.110**	**(23.230)**	**168.340**	**n.m.**
Provisão IR e contribuição social	**39.194**	**36.637**	**2.557**	**6,98%**
Amortização e depreciação	60.012	58.712	1.300	2,21%
Resultado financeiro	(1.705)	(10.943)	9.238	-84,42%
(=) EBITDA (1)	**242.611**	**61.176**	**181.435**	**n.m.**
Margem EBITDA (2)	44,01%	12.68%	-	31,33p.p.
Itens não recorrentes:				
Provisão tributária		90.456	(90.456)	-100,00%
EBITDA ajustado	**242.611**	**151.632**	**90.979**	**60,00%**
Margem EBITDA ajustada	**44,01%**	**31,43%**	**-**	**12,57p.p.**

(1) O EBITDA é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) A Margem EBITDA é calculada com base na receita líquida de serviços, que corresponde à receita operacional líquida acrescida de outras receitas operacionais.

5- Análise e discussão da estrutura patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

	Controladora			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	
Balanço patrimonial				%
Ativo circulante	1.255.225	1.226.143	29.082	2,37
Ativo não circulante	4.848.982	4.678.733	170.249	3,64
Total do ativo	**6.104.207**	**5.904.876**	**199.331**	**3,38**
Passivo circulante	519.810	434.938	84.872	19,51
Passivo não circulante	1.801.383	1.755.144	46.239	2,63
Patrimônio líquido	3.783.014	3.714.794	68.220	1,84
Total passivo e patrimônio líquido	**6.104.207**	**5.904.876**	**199.331**	**3,38**

- **Ativo circulante**

3º trimestre	Controladora 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Disponibilidades	852.614	841.475	11.139	1,32
Contas a receber de clientes	365.096	347.217	17.879	5,15
Estoques	26.353	28.002	(1.649)	(5,89)
Impostos a recuperar	494	751	(257)	(34,22)
Créditos diversos	10.668	8.698	1.970	22,65
Total do ativo circulante	**1.255.225**	**1.226.143**	**29.082**	**2,37**

- **Contas a receber de clientes** - A rubrica contas a receber de clientes aumentou R$17.879 mil em 30 de setembro de 2008, ou seja, 5,15%. Em 30 de junho de 2008 seu valor era de R$347.217 mil, tendo evoluído para R$365.096 mil em 30 de setembro de 2008. Essa conta cresceu em função do período do mês apurado dos serviços de água e esgoto a faturar, bem como do aumento do volume faturado no período pós-férias escolares, o qual havia sofrido queda em julho de 2008 em relação a junho de 2008, se recuperando e superando em agosto e setembro de 2008. O volume faturado nesse período foi de 76.328.599 m^3 referente a junho de 2008 e 79.288.696 m^3 referente a setembro de 2008.

- **Estoques** – A conta estoques teve redução de R$1.649 mil em 30 de setembro de 2008, sofrendo variação de 5,89%. Os saldos apresentados nessa conta são R$28.002 mil em junho de 2008 e, em setembro de 2008 diminuiu para R$26.353 mil. A redução nessa conta se deve à saída de materiais como transferências de centros de custo responsáveis para os diversos almoxarifados da Companhia (região metropolitana e interior do estado).

- **Impostos a recuperar** - Esse grupo diminuiu R$257 mil ou 34,22%, cujos valores foram R$751 mil em 30 de junho de 2008 e R$494 mil em 30 de setembro de 2008. A redução se deve a dois motivos básicos: a compensações de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e a compensações de imposto de renda retido na fonte de órgãos públicos. Houve um aumento na conta IRPJ a compensar/saldo negativo no valor de R$38 mil no período, o que não foi suficiente para evitar a redução de 34,22% no período.

- **Créditos diversos** - A conta créditos diversos consolida as contas de programa de saúde, adiantamentos a funcionários, salários, férias, 13º salário e gastos em viagens, bem como depósitos vinculados a litígios e adiantamentos a fornecedores. Seu aumento foi de 22,65%, ou seja, R$1.970 mil. Seu saldo era de R$8.698 mil em 30 de junho de 2008, contra R$10.668 mil em setembro de 2008, e está ligado ao aumento de adiantamento de férias e 13º salários ocorrido em função do crescimento do número de empregados que optaram pelo recebimento do benefício no regresso das férias bem como do aumento número de empregados que gozaram férias no período. Somado a esse evento, houve uma transferência de valores da conta de provisões de valores a descontar em folha de pagamento dos empregados relativos a despesas com plano de saúde, no passivo, para a conta programa de saúde, no ativo, cujo motivo foi ajustes de classificações contábeis indevidas.

- **Ativo não circulante**

	Controladora			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	%
Contas a receber de clientes	203.236	201.404	1.832	0,91
Imposto renda contr. social diferidos	57.527	58.982	(1.455)	(2,47)
Depósitos judiciais	13.505	13.686	(181)	(1,32)
Caução em garantia financiamentos	61.627	59.338	2.289	3,86
Créditos diversos	62.508	57.957	4.551	7,85
Total realizável a longo prazo	**398.403**	**391.367**	**7.036**	**1,80**
Investimentos	23.354	21.865	1.489	6,81
Imobilizado	4.427.225	4.265.501	161.724	3,79
Total permanente	**4.450.579**	**4.287.366**	**163.213**	**3,81**
Total do ativo não circulante	**4.848.982**	**4.678.733**	**170.249**	**3,64**

Realizável a longo prazo

O realizável a longo prazo teve um aumento de R$7.036 mil, cujo percentual variou em 1,80% no período de junho a setembro de 2008, sendo seus valores R$391.367 mil em junho de 2008 e R$398.403 mil em setembro de 2008. Das contas que compõem este grupo, são apresentadas, a seguir, aquelas que sofreram variações relevantes e seus fatos:

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa rubrica teve uma redução de R$1.455 mil, numa variação de 2,47%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$58.982 mil e R$57.527 mil em 30 de setembro de 2008. Esta conta diminuiu em função da redução das provisões temporárias, referentes aos processos judiciais no período. Em junho de 2008 o valor dos processos era de R$41.897 mil e em setembro 2008 caíram para R$35.470 mil, o que foi fator determinante para a variação nesse grupo.

- **Caução em garantia de financiamentos** - O aumento nesta rubrica de 3,86%, ou seja, R$2.289 mil, no período de junho de 2008 a 30 de setembro de 2008, tendo se elevado de R$59.338 mil a R$61.627 mil respectivamente, refere-se, basicamente, a dois fatores: aumento dos juros capitalizados semestralmente, que é o resultado da aplicação no mercado americano por uma cesta de moedas sob responsabilidade do Banco do Brasil, e também à variação cambial no trimestre, tendo o dólar variado de R$1,5970 em junho de 2008 para R$1,9250 em setembro de 2008.

- **Créditos diversos** - Essa rubrica teve um crescimento de R$4.551 mil, numa variação de 7,85%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$57.957 mil e R$62.508 mil em 30 de setembro de 2008. O aumento se deu em função de novos contratos de mútuo liberados para custear despesas nas subsidiárias Águas Minerais, Copanor e Jaíba, cuja variação foi de R$3.287 mil no período.

Permanente

- **Investimentos** – O aumento de R$1.489 mil ocorrido na conta investimentos, cujos valores são R$23.354 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$21.865 mil em 30 de junho de 2008, apresentando variação de 6,81% no trimestre, foi causado pelos investimentos realizados na subsidiária Águas Minerais no valor de R$2.264 mil, ao resultado negativo da equivalência patrimonial desta mesma subsidiária no valor de R$1.382 mil e ao resultado positivo da equivalência patrimonial da subsidiária Jaíba, no valor de R$607 mil.

- **Imobilizado** - Nosso imobilizado aumentou em 3,79%, ou seja, R$161.724 mil, atingindo R$4.427.225 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$4.265.501 mil em 30 de junho de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e instalações de uso geral, bem como por novas aquisições da empresa.

- **Passivo circulante**

3º trimestre	Controladora 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Empréstimos e financiamentos	117.257	107.502	9.755	9,07
Debêntures – juros remuneratórios	51.247	48.198	3.049	6,33
Empreiteiros e fornecedores	72.456	78.029	(5.573)	(7,14)
Impostos, taxas e contribuições	34.193	31.248	2.945	9,42
Provisão tributária	16.825	20.055	(3.230)	(16,11)
Provisão para férias e 13º salário	81.073	66.377	14.696	22,14
Participação empregados nos lucros	14.084	14.186	(102)	(0,72)
Juros sobre o capital próprio	73.831	36	73.795	n.m
Convênio de cooperação técnica	5.336	17.076	(11.740)	(68,75)
Plano de pensão	10.639	10.219	420	4,11
Energia elétrica	26.741	25.713	1.028	4,00
Obrigações diversas	16.127	16.299	(172)	(1,06)
Total do passivo circulante	**519.810**	**434.938**	**84.872**	**19,51**

- **Empréstimos e financiamentos de curto prazo** - A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$117.257 mil em 30 de setembro de 2008, contra R$107.502 mil em 30 de junho de 2008. Esse aumento de 9,07%, ou seja, R$9.755 mil refere-se, principalmente, a entradas de novos contratos em fase de retorno pela Caixa Econômica Federal, a qual apresentou, dentre outras contas, um saldo de R$64.728 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$58.691 mil em 30 de junho de 2008, além da influência de variações monetárias e cambiais no período, acarretadas pelo aumento do dólar e demonstradas nas provisões de juros e principal de curto prazo com a União Federal Bônus e Ponte.

- **Debêntures** - A conta debêntures de curto prazo aumentou em 30 de setembro de 2008, apresentando o valor de R$51.247 mil contra R$48.198 mil em 30 de junho de 2008. A variação foi de 6,33%, ou R$3.049 mil, devido ao período de cálculos de juros sobre debêntures ter sido maior, uma vez que esses juros são pagos acumulados, fora do regime de competência.

- **Fornecedores** - Nossa conta de fornecedores apresenta um saldo de R$78.029 mil em 30 de junho de 2008, contra R$72.456 mil em 30 de setembro de 2008. A redução foi de R$5.573 mil, ou seja, 7,14%, devido, principalmente, a fluxo de pagamentos de faturas, ou seja, a pagamentos de faturas de fornecedores no país, cujos vencimentos constavam de períodos em que, conforme fechamento de meses do trimestre coincidir com dias não úteis, não foi possível seu pagamento nos meses correspondentes.

- **Impostos, taxas e contribuições** – Essa conta sofreu um aumento de 9,42% em relação a junho de 2008. Sua variação foi de R$2.945 mil e seus saldos foram R$34.193 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$31.248 mil em 30 de junho de 2008. Tal evolução se deu em função do aumento de encargos sobre a folha, após acordo coletivo assinado em julho 2008, no valor de R$1.600 mil e do aumento da provisão de PIS/PASEP e COFINS, em função do aumento da receita da Companhia, no valor de R$1.311 mil.

- **Provisão tributária** - Essa conta diminuiu R$3.230 mil, ou seja, 16,11%, e apresentou saldo de R$16.825 mil em 30 de setembro de 2008 contra o valor de R$20.055 mil 30 de junho de 2008. A diminuição dessa conta se deve à redução do valor devido a título de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre lucro líquido, em virtude da antecipação de juros sobre o capital próprio que reduz a base dos referidos impostos.

- **Provisão para férias e 13º salário** - Essa conta, em 30 de junho de 2008, apresentava um saldo de R$66.377 mil e em 30 de setembro de 2008 houve um aumento de R$14.696 mil, apresentando novo saldo de R$81.073 mil, variando, então 22,14% no período. O aumento refere-se aos reconhecimentos mensais de provisão com férias e 13º salário.

- **Juros sobre capital próprio** - Essa conta aumentou R$73.795 mil e apresentou em 30 de setembro de 2008 o valor de R$73.831 mil contra R$36 mil em 30 de junho de 2008. A variação se deve ao reconhecimento de R$76.913 mil devidos aos acionistas referente aos nove primeiros meses de 2008, compensada pelo recolhimento de R$3.111 mil de imposto de renda sobre tal provisão.

- **Convênio de cooperação técnica** - Essa conta diminuiu R$11.740 mil, ou seja, 68,75%, e apresentou em 30 de setembro de 2008, um saldo de R$5.336 mil contra R$17.076 mil em 30 de junho de 2008. A variação verificada nesse 3º trimestre deve-se ao fato de que a Companhia recebeu desembolsos de R$4.038 mil e, em contrapartida, efetuou pagamentos no montante de R$15.778 mil. Somente em relação ao convênio SEDRU – SSAA, SES e LIXO, foram pagos R$7.532 mil no período.

- **Energia elétrica** - Nossa conta de energia elétrica apresenta um saldo de R$26.741 mil em 30 de setembro de 2008, contra R$25.713 mil em 30 de junho de 2008. Seu índice foi de 4% de aumento, e seu valor, R$1.028 mil. Essa variação decorre do não pagamento de faturas da CEMIG com vencimentos em períodos anteriores, realizados, então, nesse trimestre.

- **Obrigações diversas** - A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

	Controladora			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	%
Repasse tarifário	124	120	4	3,33
Débitos de concessões	12.434	8.826	3.608	40,88
Prefeituras	12.558	8.946	3.612	40,38
Outras	3.569	7.353	(3.784)	(51,46)
Total de obrigações diversas	**16.127**	**16.299**	**(172)**	**(1,06)**

O saldo desse grupo em 30 de junho de 2008 foi de R$16.299 mil, tendo diminuído em 30 de setembro de 2008 para R$16.127 mil, variação essa de R$172 mil. O aumento na conta de débitos e concessões foi motivado pela aquisição de ativo imobilizado para o sistema operacional de Vazante, proveniente da assunção de concessão para futuro encontro de contas, no valor de R$2.483 mil. A redução no grupo outras se deve a não recorrência em setembro de 2008 da provisão para dissídio coletivo, que em junho de 2008 foi de R$5.280, compensada pelo aumento de R$2.036 mil ocorrido na conta gastos com conveniados, referente a provisões de combustíveis e lubrificantes para veículos, relativo a períodos anteriores, cujo impacto se verificou em setembro de 2008.

- **Passivo não circulante**

3º trimestre	Controladora 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Caixa Econômica Federal	576.153	548.361	27.792	5,07
Governo Estadual / BDMG	23.679	25.174	(1.495)	(5,94)
Tesouro Nacional	148.932	155.703	(6.771)	(4,35)
Total em moeda nacional	**748.764**	**729.238**	**19.526**	**2,68**
Banco do Brasil	1.099	912	187	20,50
União federal – bônus	70.419	58.624	11.795	20,12
Total em moeda estrangeira	**71.518**	**59.536**	**11.982**	**20,13**
Total empréstimos financiamentos	**820.282**	**788.774**	**31.508**	**3,99**
Debêntures não conversíveis	400.896	385.505	15.391	3,99
Debêntures conversíveis	141.483	141.421	62	0,04
Total debêntures	**542.379**	**526.926**	**15.453**	**2,93**
Provisão para contingências	34.029	40.575	(6.546)	(16,13)
Provisões tributárias	109.560	107.700	1.860	1,73
Plano de pensão	155.235	155.097	138	0,09
Energia elétrica	54.240	56.989	(2.749)	(4,82)
Adiant para futuro aumento capital	8.797	8.797	-	-
Imposto renda cont.social diferidos	12.030	15.479	(3.449)	(22,28)
Outras obrigações	45.964	43.723	2.241	5,13
Total exigível a longo prazo	**1.782.516**	**1.744.060**	**38.456**	**2,20**
Total resultado exercícios futuros	**18.867**	**11.084**	**7.783**	**70,22**
Total do passivo não circulante	**1.801.383**	**1.755.144**	**46.239**	**2,63**

Exigível a longo prazo

- **Empréstimos e financiamentos de longo prazo** - Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentou 3,99% no período de junho de 2008 a 30 de setembro de 2008. A diferença foi de R$31.508 mil. Seu saldo era, em 30 de junho de 2008, R$788.774 mil, tendo evoluído para R$820.282 mil em 30 de setembro de 2008. O que motivou esse aumento foram os novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal, cujo valor no trimestre foi de R$44.932 mil, compensado pelas amortizações no valor de R$14.580 mil no mesmo período. Outras contas do grupo também evoluíram sofrendo apenas variações cambiais.

- **Debêntures** - A conta debêntures de longo prazo aumentou R$15.453 mil, ou seja, 2,93%, apresentando o valor de R$526.926 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$542.379 mil em 30 de setembro de 2008. O motivo dessa variação foi a liberação de nova série de debêntures no valor de R$26.735 mil, compensada pela amortização de R$11.803 mil neste 3º trimestre.

- **Provisão para contingências** - O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$40.575 mil, tendo diminuído 16,13% em 30 de setembro de 2008, baixando para R$34.029 mil, variação essa de R$6.546 mil. Essa variação refere-se a transferências de processos de perda possível para remota, a baixas de diversos processos e em razão de decisões judiciais que estipularam o valor das condenações como parâmetro para provisões, e não o valor atribuído às causas pelos reclamantes.

- **Provisões tributárias** – Essa conta sofreu variação de R$1.860 mil no período de junho de 2008 a setembro de 2008. Seu saldo era de R$107.700 mil em 30 de junho de 2008, o qual evoluiu para R$109.560 mil em 30 de setembro de 2008. O que motivou tal evolução foi a correção do crédito-prêmio de IPI no valor de R$944 mil e do crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS, no valor de R$915 mil, de acordo com a taxa de correção de juros "SELIC" em 0,84% sobre o valor principal.

- **Energia elétrica** – A conta de energia elétrica do longo prazo apresentou saldo de R$56.989 mil em 30 de junho de 2008, tendo sofrido variação decrescente de R$2.749 mil em 30 de setembro de 2008, cujo valor fechou em R$54.240 mil. O percentual de variação foi de 4,82%, motivado por amortizações da dívida no trimestre, no valor de R$4.453 mil compensado pelas atualizações monetárias, no valor de R$1.704 mil.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa conta diminuiu R$3.449 mil, ou seja, 22,28%, apresentando o valor de R$15.479 mil em 30 de junho de 2008, e um montante de R$12.030 mil em 30 de setembro de 2008. Sua redução foi em função da variação do dólar no período, implicando em aumento da dívida e, consequentemente, diminuindo o imposto diferido. A variação cambial negativa era de R$1.105 mil em junho de 2008 e em setembro de 2008 a variação negativa passou para R$11.248 mil.

- **Outras obrigações** – Essa rubrica contempla as contas de depósitos recebidos para execução de obras e provisão para perdas em investimentos. Sua variação foi de 5,13%, o que representa um montante de R$2.241 mil no confronto dos saldos de 30 de junho de 2008 no valor de R$43.723 mil e 30 de setembro de 2008 no valor de R$45.964 mil. Tal ocorrência se deve pelo reconhecimento da equivalência patrimonial da COPANOR no trimestre, no valor de R$976 mil, bem como às correções monetárias sobre os depósitos para execução de obras dos contratos de esgotamento sanitário, no valor de R$1.265 mil.

Resultado de exercícios futuros

- **Receita de exercícios futuros** - A partir de junho de 2008, de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia passou a registrar em resultado de exercícios futuros os valores referentes a doações e subvenções recebidas de terceiros. Também em junho de 2008, a Companhia procedeu a reclassificação, para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010, e a bens doados por empresas incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

- **Patrimônio líquido**

	Controladora			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	
Patrimônio líquido				%
Saldo inicial	**3.714.794**	**3.603.892**	**110.902**	**3,08**
Doações e subvenções	-	(5.603)	5.603	-
Juros sobre o capital próprio	(76.913)	-	(76.913)	-
Lucro acumulado	145.133	116.505	28.628	24,57
Saldo final	**3.783.014**	**3.714.794**	**68.220**	**1,84**

Nosso patrimônio líquido aumentou 1,84%, atingindo R$3.783.014 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$3.714.794 em 30 de junho de 2008. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período.

Em 30 de junho de 2008, a Companhia procedeu à reclassificação dos valores recebidos de doações e subvenções, no período de janeiro a junho de 2008, da conta de doações e subvenções para investimentos para a conta de receita de exercícios futuros, no valor de R$11.084 mil, conforme o elucidado no item anterior.

Da mesma forma, a apresentação da provisão da conta juros sobre capital próprio, cuja influência é descrita em justificativa específica da própria rubrica no curto prazo.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
1	Ativo Total	6.115.407	5.901.971
1.01	Ativo Circulante	1.279.479	1.231.497
1.01.01	Disponibilidades	869.720	842.987
1.01.01.01	Caixa e bancos	38.593	26.957
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	831.127	816.030
1.01.02	Créditos	379.816	356.266
1.01.02.01	Clientes	367.904	347.246
1.01.02.02	Créditos Diversos	11.912	9.020
1.01.02.02.01	Adiantamento a empregados	9.767	8.097
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	1.124	218
1.01.02.02.03	Outros	1.021	705
1.01.03	Estoques	28.959	31.492
1.01.04	Outros	984	752
1.01.04.01	Impostos a recuperar	984	752
1.02	Ativo Não Circulante	4.835.928	4.670.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	379.477	375.727
1.02.01.01	Créditos Diversos	379.477	375.727
1.02.01.01.01	Contas a receber de Clientes	203.236	201.404
1.02.01.01.02	Imp de Renda e Contrib Sociais Diferidos	57.527	58.982
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	13.505	13.686
1.02.01.01.04	Caução em garantia de financiamentos	61.627	59.338
1.02.01.01.05	Outros	43.582	42.317
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	4.456.451	4.294.747
1.02.02.01	Investimentos	1.219	1.219
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	4.258.275	4.094.622
1.02.02.03	Intangível	186.033	188.421
1.02.02.04	Diferido	10.924	10.485

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2008	4 - 30/06/2008
2	Passivo Total	6.115.407	5.901.971
2.01	Passivo Circulante	533.377	433.423
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	117.257	107.502
2.01.02	Debêntures	51.247	48.198
2.01.03	Fornecedores	74.214	78.996
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	34.463	31.334
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	98.115	86.438
2.01.06.01	Provisões tributárias	17.028	20.055
2.01.06.02	Provisão para férias	54.809	49.990
2.01.06.03	Provisão para 13º salário	26.278	16.393
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	158.081	80.955
2.01.08.01	Participação dos Empregados nos Lucros	14.084	14.186
2.01.08.02	Juros Sobre Capital Próprio	73.831	36
2.01.08.03	Convênio de Cooperativa Técnica	16.651	14.395
2.01.08.04	Plano de Previdência Complementar	10.639	10.219
2.01.08.05	Obrigações Diversas	42.876	42.119
2.02	Passivo Não Circulante	1.799.016	1.753.754
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.780.149	1.742.670
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	820.282	788.774
2.02.01.02	Debêntures	542.379	526.926
2.02.01.03	Provisões	143.589	148.275
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	34.029	40.575
2.02.01.03.02	Provisões tributárias	109.560	107.700
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	8.797	8.797
2.02.01.06	Outros	265.102	269.898
2.02.01.06.01	Plano de previdência complementar	155.235	155.097
2.02.01.06.02	Imp de renda e contrib social diferidos	12.030	15.479
2.02.01.06.03	Obrigações diversas	97.837	99.322
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	18.867	11.084
2.02.02.01	Receita de exercícios futuros	18.867	11.084
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.783.014	3.714.794
2.04.01	Capital Social Realizado	2.632.265	2.632.242
2.04.02	Reservas de Capital	70.388	70.388
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	808.728	808.728

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2008	4 -30/06/2008
2.04.04.01	Legal	66.077	66.077
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	742.651	742.651
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	271.633	203.436
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	602.237	1.691.784	529.945	1.524.999
3.01.01	Serviços de água	458.067	1.281.799	401.794	1.141.434
3.01.02	Serviços de esgoto	144.050	409.865	128.151	383.565
3.01.03	Receita de produtos acabados	120	120	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(61.838)	(172.687)	(55.036)	(155.731)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	540.399	1.519.097	474.909	1.369.268
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(247.536)	(718.662)	(225.315)	(649.504)
3.05	Resultado Bruto	292.863	800.435	249.594	719.764
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(185.224)	(377.055)	(266.582)	(453.971)
3.06.01	Com Vendas	(37.893)	(120.906)	(41.913)	(111.946)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(78.712)	(219.284)	(78.745)	(211.168)
3.06.03	Financeiras	(75.561)	(40.057)	(20.052)	(4.284)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	33.612	126.711	35.487	120.112
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(109.173)	(166.768)	(55.539)	(124.396)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	14.005	35.739	7.460	25.115
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.063)	(32.547)	(133.332)	(151.688)
3.06.05.01	Provisões Tributárias	(1.860)	(4.793)	(90.456)	(90.456)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(5.203)	(27.754)	(42.876)	(61.232)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	107.639	423.380	(16.988)	265.793
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	25
3.08.01	Receitas	0	0	0	25
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	107.639	423.380	(16.988)	265.818
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(39.442)	(151.747)	(36.637)	(132.492)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2008 a 30/09/2008	4 - 01/01/2008 a 30/09/2008	5 - 01/07/2007 a 30/09/2007	6 - 01/01/2007 a 30/09/2007
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	76.913	76.913	30.995	51.658
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	145.110	348.546	(22.630)	184.984
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	114.796	114.796	114.795	114.795
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,26407	3,03622		1,61143
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,19713)	

1- Desempenho do resultado financeiro

O terceiro trimestre de 2008, quando comparado com o mesmo período de 2007, demonstra que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG continua cumprindo a missão a que está proposta. O resultado negativo de R$23.230 mil apresentado no referido trimestre de 2007 transformou-se num lucro de R$ 145.110 mil em 2008, gerado a partir de um crescimento de 13,64% na receita operacional bruta – R$602.237 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$529.945 mil no 3º trimestre de 2007.

Esse desempenho foi possível também devido à política de administração de custos da Companhia que tem conseguido aumentar sua receita ao mesmo tempo em que reduz o seu esforço para a geração da mesma. O aumento da receita ocorreu utilizando-se 45,81% em custos de serviços prestados (47,44% em 2007), 7,01% em despesas comerciais (8,83% em 2007), 14,57% em despesas administrativas (16,58% em 2007) e um acréscimo de 1,28% em outras receitas operacionais, líquido de outras despesas operacionais contra uma redução de 26,50% em 2007, por causa da não recorrência de provisões tributárias realizadas no 3º trimestre de 2007.

Embora a Companhia esteja sujeita aos efeitos da crise econômica, o resultado financeiro líquido contribuiu, ainda que timidamente, para o aumento de receita no trimestre em destaque e houve o reconhecimento do capital investido pelos acionistas: 14,23% da receita operacional líquida correspondem a juros sobre o capital próprio (6,53% no 3º trimestre de 2007).

A análise dos quadros abaixo permitirá o acompanhamento do resultado financeiro da Copasa no terceiro trimestre de 2008/2007.

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

	Consolidado					
3º trimestre	2008		2007		Variação	
Demonstração do resultado do trimestre		%		%		%
Receitas dos serviços de água	458.067		401.794		56.273	14,01
Receitas dos serviços de esgoto	144.050		128.151		15.899	12,41
Receita de produtos acabados	120		-		120	
Receita operacional bruta	**602.237**		**529.945**		**72.292**	**13,64**
Deduções da receita operacional bruta	(61.838)		(55.036)		(6.802)	12,36
Receita operacional líquida	**540.399**	**100,00**	**474.909**	**100,00**	**65.490**	**13,79**
Custos dos serviços prestados	(247.536)	-45,81	(225.315)	-47,44	(22.221)	9,86
Lucro bruto	**292.863**	**54,19**	**249.594**	**52,56**	**43.269**	**17,34**
Despesas comerciais	(37.893)	-7,01	(41.913)	-8,83	4.020	-9,59
Despesas administrativas	(78.712)	-14,57	(78.745)	-16,58	33	-0,04
Outras receitas (despesas) operacionais	6.942	1,28	(125.872)	-26,50	132.814	n.m.
Resultado financeiro líquido	1.352	0,25	10.943	2,30	(9.591)	-87,65
Juros sobre capital próprio	(76.913)	-14,23	(30.995)	-6,53	(45.918)	n.m.
Resultado não operacional	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**107.639**	**19,92**	**(16.988)**	**-3,58**	**124.627**	**n.m.**
Imposto de renda e contribuição social	(39.442)	-7,30	(36.637)	-7,71	(2.805)	7,66
Reversão dos juros sobre capital próprio	76.913	14,23	30.995	6,53	45.918	n.m.
Lucro líquido do trimestre	**145.110**	**26,85**	**(22.630)**	**-4,77**	**167.740**	**n.m.**

- **Receita operacional bruta** – A receita operacional bruta aumentou R$72.292 mil ou 13,64%, atingindo R$602.237 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$529.945 mil no mesmo período do ano anterior. Desse aumento, R$56.273 mil foram relativos a serviços de abastecimento de água, R$15.899 mil relativos a serviços de esgotamento sanitário e R$120 mil a receita de produtos acabados.

  A tabela abaixo demonstra a variação de nossa receita operacional bruta decorrente de nossos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e produtos acabados, nos períodos indicados:

	Consolidado				
3º trimestre	2008		2007		Variação
Receita operacional bruta		%		%	%
Serviços de abastecimento de água	458.067	76,06	401.794	75,82	14,01
Serviços de esgotamento sanitário	144.050	23,92	128.151	24,18	12,41
Receita de produtos acabados	120	0,02	-	-	n.m.
Total	**602.237**	**100,00**	**529.945**	**100,00**	**13,64**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Principais variações e causas:

- **Abastecimento de água** – A receita de abastecimento de água aumentou 14,01% atingindo R$458.067 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$401.794 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, do reajuste tarifário praticado a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008, e do aumento no consumo faturado no período de 25.091.771 m^3, passando de 147.937.008 m^3 no 3º trimestre de 2007 para 173.028.779 m^3 no 3º trimestre de 2008.

- **Esgotamento sanitário** – A receita decorrente de esgotamento sanitário aumentou 12,41%, atingindo R$144.050 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$128.151 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, do reajuste tarifário praticado a um índice médio de 9,47% a partir do mês de março de 2008, e do aumento no consumo faturado no período de 1.710.099 m^3, passando de 80.208.252 m^3 no 3º trimestre de 2007 para 81.918.351 m^3 no 3º trimestre de 2008.

- **Deduções da receita operacional bruta** – As deduções da receita operacional bruta aumentaram 12,36%, atingindo R$61.838 mil no 3º trimestre de 2008 contra R$55.036 mil no mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorreu do crescimento no recolhimento dos tributos PIS/PASEP e COFINS, como decorrência direta do aumento da receita operacional bruta, a qual constitui a base de cálculo dos referidos tributos.

  Os descontos incondicionais são descontos concedidos aos nossos grandes consumidores, bem como a entidades filantrópicas, sem fins lucrativos. No 3º trimestre de 2008, o valor dos referidos descontos foi de R$6.906 mil, contra R$6.630 mil no mesmo período de 2007.

  A tabela abaixo demonstra as deduções da receita operacional, indicando as contribuições referentes a PIS/PASEP e COFINS, nos períodos indicados:

	Consolidado				
3º trimestre	2008		2007		Variação
Deduções da receita operacional		%		%	%
PIS/PASEP	9.794	15,84	8.634	15,69	13,44
COFINS	45.113	72,95	39.772	72,27	13,43
Descontos incondicionais	6.906	11,17	6.630	12,05	4,16
ICMS	25	0,04	-	-	-
Total	**61.838**	**100,00**	**55.036**	**100,00**	**12,36**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Receita operacional líquida** – A receita operacional líquida atingiu R$540.399 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$474.909 mil no mesmo período do ano anterior, aumentando 13,79% em função, principalmente, do reajuste tarifário ocorrido em março de 2008.

- **Custos e despesas operacionais -** A Companhia, por sua política estratégica, elabora orçamento anual de seus gastos e mantém constante acompanhamento de suas realizações. Dessa forma, as demandas de gastos operacionais podem ser avaliadas e equacionadas no decorrer do exercício, conforme demonstrado a seguir:

  Custos dos serviços prestados – Os custos de serviços prestados, formados pelos gastos com operação, conservação e manutenção de sistemas de água e esgotamento sanitário aumentaram R$22.221 mil ou 9,86% no terceiro trimestre de 2008 em comparação ao mesmo período de 2007, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
3º trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	%
Custos dos serviços prestados	**247.536**	**225.315**	**22.221**	**9,86**
Pessoal	89.439	73.630	15.809	21,47
Material	21.245	18.228	3.017	16,55
Energia elétrica	49.016	60.018	(11.002)	-18,33
Serviços de terceiros	26.228	19.060	7.168	37,61
Repasse tarifário a municípios	14.565	12.904	1.661	12,87
Gastos gerais	3.014	2.543	471	18,52
Depreciações e amortizações	54.060	49.185	4.875	9,91
Recuperação de crédito *(PIS-PASEO/COFINS)*	(10.031)	(10.253)	222	-2,17

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$15.809 mil, ou o equivalente 21,47% se deve basicamente ao reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010. Além disso, observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Salário hora normal	33.410.211	31.013.942	2.396.269	7,73
Salário hora extra	2.895.267	2.290.621	604.646	26,40
Gratificação de função	367.530	315.773	51.757	16,39
Férias	9.344.832	5.974.247	3.370.585	56,42
13º salário	4.302.781	3.612.424	690.357	19,11
Insalubridade	831.461	766.723	64.738	8,44
Complemento de auxilio doença	779	4.198	(3.419)	(81,44)
Gratificação por desempenho institucional	4.633.764	4.107.250	526.514	12,82
Previdência social	13.551.644	12.417.120	1.134.524	9,14
FGTS	4.568.902	3.883.502	685.400	17,65
Seguro acidentes de trabalho	810.385	1.552.497	(742.112)	(47,80)
Indenizações e aviso prévio	307.650	214.649	93.001	43,33
Formação profissional	2.308	134	2.174	n.m.
Lanche padrão	219.232	219.841	(609)	(0,28)
Programa vale transporte	1.315.702	1.397.403	(81.701)	(5,85)
Programas suplementares – COPASS	1.228.973	1.077.235	151.738	14,09
Programa de saúde	2.218.926	2.095.866	123.060	5,87
Programa de alimentação	12.769.159	9.904.565	2.864.594	28,92
Programa de seguridade	3.047.293	1.925.283	1.122.010	58,28
Outros programas assistenciais	626.933	94.724	532.209	n.m.
Gratificação de desempenho gerencial	202.165	199.226	2.939	1,48
Participação no lucro e resultado - PLR	-	(7.483)	7.483	(100,00)
Custos pré-operacionais	-	(4.410.787)	4.410.787	(100,00)
Custos de expansão	(7.217.198)	(5.018.352)	(2.198.846)	43,82
* **Custo pessoal**	**89.438.699**	**73.630.601**	**15.808.098**	**21,47**

- **Material** – Os gastos com materiais aumentaram R$3.017 mil ou 16,55% no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal evento desse aumento foi a provisão de despesas com veículos (combustíveis, lubrificantes e peças), neste trimestre, que não haviam sido reconhecidas em época própria, no valor aproximado de R$2.036 mil.

- **Energia elétrica** – A variação ocorrida mo 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 reflete neste período a redução na tarifa de energia elétrica determinada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica a partir de maio de 2008.

- **Serviços de terceiros** – Os gastos com serviços de terceiros tiveram aumento de 37,61% ou o equivalente a R$7.168 mil neste 3º trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Os valores mais relevantes referem-se a serviços de conservação e manutenção em redes e ligações prediais de água e de esgoto e serviços em bens administrativos no valor de R$3.340 mil, e em serviço de arrecadação no valor de R$3.267 mil. O aumento de R$2.340 mil em serviço de arrecadação corresponde ao valor que não foi distribuído da despesa comercial para custo dos serviços prestados, no 3º trimestre de 2007.

- **Repasse tarifário** – O aumento de 12,87% ou R$1.661 mil verificado no trimestre de 2008, quando comparado com o 3º trimestre de 2007, deve-se à variação da receita operacional líquida, pois este item varia de acordo com a receita operacional que a Companhia arrecada nos municípios de Belo Horizonte e Divinópolis, cujos contratos de concessão prevêem a participação destas prefeituras nos valores arrecadados nestes municípios.

- **Depreciação e amortização** – O aumento no valor de R$4.875 mil ou 9,91% corresponde às novas aquisições de bens patrimoniais e à incorporação de obras ocorridas no 3º trimestre de 2008 em comparação com o mesmo período de 2007.

- **Despesas comerciais –** Os gastos com o sistema comercial da Companhia reduziram 9,59% ou R$4.020 mil no 3º trimestre de 2008 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

	Consolidado			
3º Trimestre	**2008**	**2007**	**Variação**	
				%
Despesas comerciais	**37.893**	**41.913**	**(4.020)**	**-9,59**
Pessoal	21.705	16.279	5.426	33,33
Material	766	726	40	5,51
Serviços de terceiros	3.512	4.736	(1.224)	-25,84
Gastos gerais	269	177	92	51,98
Depreciações e amortizações	2.064	1.907	157	8,23
Provisão de contas – PDD	9.577	18.088	(8.511)	-47,05

As principais variações são:

- **Pessoal** – O aumento nos gastos apurados com pessoal no valor de R$5.426 mil, ou o equivalente a 33,33%, gerados por causa do impacto do reajuste salarial de 5,9%, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010, correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, assinado em julho de 2008. Considera-se também a alteração do cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implicando a variação de R$2.409 mil no 3º trimestre de 2008 na despesa de pessoal, comparado com o mesmo período do ano anterior.

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/HN	7.839.096	6.463.266	1.375.830	21,29
Ordenados e salários/HE	416.245	237.160	179.085	75,51
Gratificação de função	31.136	28.852	2.284	7,92
Férias	2.085.815	1.199.378	886.437	73,91
13º Salário	934.725	689.479	245.246	35,57
Insalubridade	3.486	4.464	(978)	-21,91
Complemento auxílio doença	332	640	(308)	-48,13
Gratificação de desempenho institucional - GDI	1.089.048	855.100	233.948	27,36
Previdência social	2.950.109	2.408.762	541.347	22,47
FGTS	1.012.709	775.709	237.000	30,55
Seguro acidentes de trabalho	189.888	253.252	(63.364)	-25,02
Indenizações/aviso prévio	65.375	34.311	31.064	90,54
Formação profissional	-	1.514	(1.514)	-100,00
Lanche padrão	184.987	113.599	71.388	62,84
Programa vale transporte	308.610	229.693	78.917	34,36
Programa suplementação – COPASS	273.272	214.033	59.239	27,68
Programa de saúde	557.607	407.365	150.242	36,88
Programa alimentação	2.992.803	1.987.061	1.005.742	50,61
Programa de seguridade	565.825	323.054	242.771	75,15
Outros programas assistenciais	183.499	36.738	146.761	n.m.
Gratificação de desempenho gerencial – GDG	20.790	16.759	4.031	24,05
Participação no lucro e resultado – PLR	-	(1.037)	1.037	-100,00
*** Custo pessoal**	**21.705.357**	**16.279.152**	**5.426.205**	**33,33**

- **Serviços de terceiros** – O saldo dos serviços de terceiros reduziu R$1.224 mil ou 25,84%, em conseqüência da não distribuição de R$3.051 mil de serviços de arrecadação em 2007 para custos de serviços prestados, compensada pelo aumento de R$1.123 mil em serviços de comunicação, devido ao acerto da classificação desta conta que, a partir de 2007, concentra as despesas com correios.

- **Provisão de contas - PDD** – A redução de R$8.511 mil ou 47,05% apresentada no 3º trimestre de 2008 deve-se basicamente a estorno de créditos de juros e atualização monetária de faturas baixadas contra provisão de devedores duvidosos a partir de 2008 e a redução da provisão de faturas de clientes com histórico de créditos de inadimplentes no período, proveniente de adequações no processo de geração da provisão.

- **Despesas administrativas** - Os gastos com a estrutura de gestão da Companhia, que engloba os Conselhos de Administração e Fiscal, gabinetes de diretoria e suas respectivas superintendências diminuíram R$633 mil ou 0,80% na comparação entre os terceiros trimestres de 2008 e 2007, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado

3º trimestre	2008	2007	Variação	%
Despesas administrativas	**78.712**	**79.345**	**(633)**	-0,80
Pessoal	47.482	47.576	(94)	-0,20
Material	1.640	1.467	173	11,79
Serviços de terceiros	22.097	20.458	1.639	8,01
Gastos gerais	3.374	2.224	1.150	51,70
Depreciações e amortizações	4.119	7.620	(3.501)	-45,94

Principais variações e causas:

- **Pessoal** – Os custos com pessoal administrativos apresentaram uma redução de R$94 mil em relação ao mesmo período do ano passado: R$47.482 mil no 3º trimestre de 2008 e R$47.576 mil no mesmo período de 2007. Dentre as variações ocorridas nesse grupo destacamos a redução de R$2.366 mil nos gastos com programa de saúde, compensada pelo impacto do reajuste salarial de 5,9% correspondente ao INPC e ganho real de 1% calculado sobre os salários já reajustados, determinado pelo acordo coletivo 2008/2010 e pela alteração do

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

cadastro da Divisão de Operações Comerciais ocorrida em 2008, cujo gasto com pessoal em 2007 foi apresentado como despesa administrativa, implicando a redução de R$2.409 mil no 3º trimestre de 2008 na despesa de pessoal administrativo, comparado com o mesmo período do ano anterior. Observamos outras variações, conforme demonstrado abaixo:

Título	30/09/2008	30/09/2007	Variação	
	R$	R$	R$	%
Ordenados e salários/HN	16.886.852	17.399.366	(512.514)	-2,95
Ordenados e salários/HE	238.315	207.062	31.253	15,09
Gratificação de função	865.889	703.791	162.098	23,03
Honorários diretoria/conselhos	609.125	666.477	(57.352)	-8,61
Férias	5.187.693	3.469.474	1.718.219	49,52
13º salário	2.198.519	1.925.068	273.451	14,20
Insalubridade	25.691	25.275	416	1,65
Complemento auxílio doença	2.328	3.392	(1.064)	-31,37
Gratificação de desempenho institucional - GDI	2.448.280	2.282.225	166.055	7,28
Previdência social	6.964.331	6.740.300	224.031	3,32
FGTS	2.485.110	2.142.695	342.415	15,98
Seguro acidentes de trabalho	453.654	708.208	(254.554)	-35,94
Indenizações/aviso prévio	1.546.449	1.595.147	(48.698)	-3,05
Formação profissional	430.023	95.979	334.044	348,04
Lanche padrão	202.818	68.225	134.593	197,28
Programa vale transporte	420.591	449.547	(28.956)	-6,44
Programa suplementação – COPASS	618.873	585.193	33.680	5,76
Programa de saúde	2.026.687	4.392.640	(2.365.953)	-53,86
Programa alimentação	2.532.242	2.374.175	158.067	6,66
Programa de seguridade	2.115.826	1.430.199	685.627	47,94
Outros programas assistenciais	432.324	234.223	198.101	84,58
Contribuição para AECO	-	20.553	(20.553)	-100,00
Ressarcimento funcionário cedido para convênio	(1.666.582)	(316.521)	(1.350.061)	426,53
Gratificação de desempenho gerencial - GDI	457.177	382.286	74.891	19,59
Participação no lucro e resultados	-	(8.857)	8.857	-100,00
*** Custo pessoal**	**47.482.215**	**47.576.122**	**(93.907)**	**-0,20**

- **Serviços de terceiros** – Os custos com serviços de terceiros aumentaram R$ 1.639 mil ou 8,01% em relação ao 3º trimestre de 2007. As variações mais relevantes são: os serviços de limpeza, vigilância e mensageiros no valor de R$1.106 mil, uma vez que a provisão referente ao mês de setembro de 2007 somente foi reconhecida no mês de outubro do referido ano e, este ano, o reconhecimento está acontecendo na competência; os serviços de telefonia no

valor de R$1.153 mil, gerados em função do aumento de demanda do serviço e pelos reflexos dos aumentos tarifários no setor; compensados pela redução dos encargos de previdência social sobre serviço de terceiros, no valor de R$1.268 mil. Essa redução ocorreu como reflexo do acerto de encargos de INSS referente aos períodos de outubro de 2006 a setembro de 2007, registrados no 3º trimestre de 2007, quando um ajuste no SAP permitiu à Companhia visualizar o não reconhecimento de tais despesas. A partir de então, os reconhecimentos passaram a ser feitos mensalmente.

- **Depreciações e amortizações** – Os custos com depreciação e amortização no setor administrativo reduziram 45,94% ou R$3.501 mil no 3º trimestre de 2008, em relação ao mesmo trimestre do ano de 2007, por causa do impacto da não recorrência do ajuste realizado neste grupo em setembro de 2007, no valor de R$4.355 mil referente às despesas de amortização do SAP dos períodos de janeiro a setembro de 2007, que foram provisionadas por orientação dos auditores independentes.

- **Outras receitas / despesas operacionais** – Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para as receitas como para as despesas operacionais, conforme quadro abaixo:

Consolidado

3º trimestre	2008	2007	Variação	
Outras receitas operacionais				%
Receita de serviços técnicos	1.774	1.784	(10)	-0,56
Reversão de provisão não dedutível	6.967	63	6.904	n.m.
Recuperação de contas baixadas	2.627	5.099	(2.472)	-48,48
Outras receitas	2.637	514	2.123	n.m.
Total de outras receitas operacionais	**14.005**	**7.460**	**6.545**	**87,73**
Outras despesas operacionais				
Perdas eventuais ou extraordinárias	(5.608)	(97.670)	92.062	-94,26
Outras despesas	(1.455)	(35.662)	34.207	-95,92
Total de outras despesas operacionais	**(7.063)**	**(133.332)**	**126.269**	**-94,70**
Outras receitas (despesas) operacionais	**6.942**	**(125.872)**	**132.814**	**n.m.**

Principais variações e causas:

- **Outras receitas operacionais** – A variação de R$6.545 mil, ou 87,73%, neste grupo, deve-se ao aumento de R$6.904 mil na conta de reversão de provisão não dedutível – processos judiciais, devido às mudanças de procedimentos adotados pela Procuradoria Jurídica da Companhia, que reclassificou diversos processos de perda possível para remota e reavaliou o valor dos processos, utilizando como parâmetro o valor da condenação ao invés do valor atribuído às causas pelos reclamantes, além da baixa de alguns processos, de R$1.240 mil na conta de receita de obras especiais a terceiros e de R$1.128 mil na conta de outras receitas - recuperação e incorporação de materiais de obras, compensada pela redução de R$2.472 mil ou 48,48% da recuperação de contas baixadas.

- **Outras despesas operacionais** – A redução de R$126.269 mil, ou 94,70% refere-se à não recorrência da provisão do 3º trimestre de 2007 de perdas eventuais ou extraordinárias no valor de R$90.456 mil, sendo R$26.624 mil para PIS/PASEP e COFINS e R$63.832 mil para crédito-prêmio de IPI, e em outras despesas para o passivo atuarial líquido no valor de R$32.931 mil. Houve ainda redução de R$5.131 mil em provisões para processos judiciais.

- **Receitas e despesas financeiras** – Refletem os resultados relativos às aplicações, valores a receber, operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. Devido à mesma natureza, os itens são analisados em um mesmo comentário, descrevendo seu desempenho tanto para receitas como para as despesas financeiras, conforme quadro abaixo:

	Consolidado		Variação	
3º trimestre	2008	2007		%
Receitas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(1.107)	6.883	(7.990)	n.m.
Juros	9.196	7.270	1.926	26,49
Ganho real em aplicações financeiras	25.508	21.334	4.174	19,57
Outras receitas	15	-	15	-
Total de receitas financeiras	**33.612**	**35.487**	**(1.875)**	**-5,28**
Despesas financeiras				
Variações monetárias e cambiais	(12.772)	(8.547)	(4.225)	49,43
Juros sobre financiamentos	(18.959)	(10.128)	(8.831)	87,19
Outras despesas	(529)	(5.869)	5.340	-90,99
Total de despesas financeiras	**(32.260)**	**(24.544)**	**(7.716)**	**31,44**
Receitas (despesas) financeiras	**1.352**	**10.943**	**(9.591)**	**-87,65**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Principais variações e causas:

- **Variações monetárias e cambiais –** A Companhia detém 4,67% de seu passivo não circulante vinculado à oscilação da moeda americana. Em garantia a esses financiamentos, estão registradas em nossos ativos cauções que representam um percentual desse passivo não circulante as quais são impactadas também pela oscilação da moeda. Neste 3º trimestre as receitas financeiras vinculadas às cauções e provenientes das variações cambiais tiveram uma redução de R$7.990 mil. As despesas financeiras vinculadas ao passivo não circulante e, indexadas às variações cambiais, foram aumentadas em R$4.225 mil. Essas variações refletem o impacto da crise americana no resultado da Companhia, uma vez que a cotação do dólar aumentou R$0,328 neste trimestre (R$1,5970 em 30 de junho de 2008 contra R$1,9250 em 30 de setembro de 2008) enquanto no mesmo trimestre do ano anterior reduziu R$0,0820 (R$1,9310 em 30 de junho de 2007 contra R$1,8490 em 30 de setembro de 2007).

- **Juros –** Esse item registra as receitas auferidas com os juros de parcelamentos de débitos das prefeituras, os juros incidentes sobre os empréstimos compulsórios, bem como da caução referente aos financiamentos do passivo não circulante. Os juros ativos, incidentes sobre débitos de clientes e da Prefeitura de Belo Horizonte, aumentaram R$1.926 mil neste trimestre quando comparados ao o mesmo trimestre do exercício anterior. Os juros passivos aumentaram R$8.831 mil devido à apropriação de juros em moeda nacional e à reclassificação de contas do subgrupo outras despesas financeiras para o subgrupo juros, impactando o desempenho deste último em R$2.115 mil, no 3º trimestre de 2008**.**

- **Ganho real em aplicações financeiras –** O aumento de 19,57% ou R$4.174 mil no 3º trimestre de 2008 se deve basicamente aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras.

- **Outras receitas / despesas –** As outras receitas compreendem as bonificações e dividendos auferidos pela companhia neste 3º trimestre, comparado com os valores recebidos no mesmo trimestre do ano anterior. As outras despesas são compostas por multas e acréscimos moratórios, despesas bancárias e encargos assumidos pela empresa. Esse item reduziu R$5.340 mil ou 90,99% no 3º trimestre de 2008 em relação ao mesmo trimestre de 2007, devido à extinção da CPMF que em 2007 representou variação de R$2.893 mil, e à reclassificação de contas deste subgrupo para o subgrupo juros, no valor de R$2.115 mil.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Juros sobre o capital próprio** – Neste 3º trimestre, a Companhia registrou juros sobre o capital próprio sobre os resultados no valor de R$76.913 mil, sendo R$51.658 mil referente ao 1º semestre e R$25.255 mil referente ao 3º trimestre de 2008, contra R$30.995 mil, no mesmo período do ano anterior. Esse aumento refere-se à provisão dos juros sobre o capital próprio do 1º semestre de 2008 que afetou o resultado do 3º trimestre, em virtude da data da assembléia que o autorizou em 25/07/2008. A provisão dos juros em 2007 ocorreu dentro do 2º trimestre de 2007.

- **Provisão para imposto de renda e contribuição social** – A tributação sobre o lucro neste 3º trimestre de 2008 atingiu R$39.442 mil contra R$36.637 mil no 3º trimestre do ano anterior. Conforme legislação específica, o valor do imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre os lucros tributáveis ajustados.

- **Lucro líquido do trimestre** – O lucro líquido do 3º trimestre de 2008 foi de R$145.110 mil com um aumento de R$167.740 mil em relação ao prejuízo de R$22.630 mil em igual trimestre do ano anterior. Este aumento no lucro deve-se à não recorrência das provisões tributárias e do passivo atuarial efetivadas no 3º trimestre de 2007.

- **Geração de recursos ou EBITDA** – Foram gerados R$243.443 mil no 3º trimestre de 2008, contra R$152.232 mil no 3º trimestre de 2007, apresentando um aumento de R$91.211 mil. A margem EBITDA registrada foi de 43,91% no 3º trimestre de 2008, contra 31,56% no 3º trimestre de 2007, aumento de 12,35p.p. que decorre do crescimento das receitas operacionais e do fato de que os índices de 2007 foram comprometidos pela provisão tributária de R$90.456 mil e passivo atuarial de R$32.931 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
3º trimestre	2008	2007	Variação	
Lucro líquido	**145.110**	**(22.630)**	**167.740**	**n.m.**
Provisão IR e contribuição social	**39.442**	**36.637**	**2.805**	**7,66%**
Amortização e depreciação	60.243	58.712	1.531	2,61%
Resultado financeiro	(1.352)	(10.943)	9.591	-87,65%
(=) EBITDA (1)	**243.443**	**61.776**	**181.667**	**n.m.**
Margem EBITDA (2)	43,91%	12.81%	-	31,10 p.p.
Itens não recorrentes:				
Provisão tributária		90.456	(90.456)	-100,00%
EBITDA ajustado	**243.443**	**152.232**	**91.211**	**59,92%**
Margem EBITDA ajustada	**43,91%**	**31,56%**	**-**	**12,35 p.p.**

(1) O EBITDA é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

(2) A Margem EBITDA é calculada com base na receita líquida de serviços, que corresponde à receita operacional líquida acrescida de outras receitas operacionais.

2- Análise e discussão da estrutura patrimonial

A análise e a discussão a seguir sobre nossa estrutura patrimonial baseiam-se nas informações resultantes das nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Para efeito da análise e discussão indicada a seguir, foram consideradas aquelas rubricas que a Companhia entende materialmente relevantes para adequadamente justificar as alterações em sua situação patrimonial nas datas indicadas, seja em razão do montante de seu saldo, seja em razão da variação percebida entre tais datas.

	Consolidado			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	
Balanço patrimonial				%
Ativo circulante	1.279.479	1.231.497	47.982	3,90
Ativo não circulante	4.835.928	4.670.474	165.454	3,54
Total do ativo	**6.115.407**	**5.901.971**	**213.436**	**3,62**
Passivo circulante	533.377	433.423	99.954	23,06
Passivo não circulante	1.799.016	1.753.754	45.262	2,58
Patrimônio líquido	3.783.014	3.714.794	68.220	1,84
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.115.407**	**5.901.971**	**213.436**	**3,62**

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- **Ativo circulante**

3º trimestre	Consolidado 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Disponibilidades	869.719	842.986	26.733	3,17
Contas a receber de clientes	367.904	347.246	20.658	5,95
Estoques	28.959	31.492	(2.533)	(8,04)
Impostos a recuperar	984	752	232	30,85
Créditos diversos	11.912	9.021	2.891	32,05
Total do ativo circulante	**1.279.479**	**1.231.497**	**47.982**	**3,90**

- **Contas a receber de clientes** - A rubrica contas a receber de clientes aumentou R$20.658 mil em 30 de setembro de 2008, ou seja, 5,95%. Em 30 de junho de 2008 seu valor era de R$347.246 mil, tendo evoluído para R$367.904 mil em 30 de setembro de 2008. Essa conta cresceu em função do período do mês apurado dos serviços de água e esgoto a faturar, bem como do aumento do volume faturado no período pós-férias escolares, o qual havia sofrido queda em julho de 2008 em relação a junho de 2008, se recuperando e superando em agosto e setembro de 2008. O volume faturado nesse período foi de 76.328.599 m^3 referente a junho de 2008 e 79.288.696 m^3 referente a setembro de 2008.

- **Estoques** – A conta estoques teve redução de R$2.533 mil em 30 de setembro de 2008, sofrendo variação de 8,04%. Os saldos apresentados nessa conta são R$31.492 mil em junho de 2008 e, em setembro de 2008 diminuiu para R$28.959 mil. A redução nessa conta se deve à saída de materiais como transferências de centros de custo responsáveis para os diversos almoxarifados da Companhia (região metropolitana e interior do estado).

- **Impostos a recuperar** - Esse grupo aumentou R$232 mil ou 30,85%, cujos valores foram R$752 mil em 30 de junho de 2008 e R$984 mil em 30 de setembro de 2008. A evolução nessa conta se deve ao aumento do ICMS a recuperar no valor de R$489 mil referentes às Águas Minerais, compensado pela redução nas contas de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e imposto de renda retido na fonte de órgãos públicos.

- **Créditos diversos** - A conta créditos diversos consolida as contas de programa de saúde, adiantamentos a funcionários, salários, férias, 13º salário e gastos em viagens, bem como depósitos vinculados a litígios e adiantamentos a fornecedores. Seu aumento foi de 32,05%, ou seja, R$2.891 mil. Seu saldo era de R$9.021 mil em 30 de junho de 2008, contra R$11.912 mil em setembro de 2008, e está ligado ao aumento de adiantamento de férias e 13º salários ocorrido em função do crescimento do número de empregados que optaram pelo recebimento do benefício no regresso das férias bem como do aumento número de empregados que gozaram férias no período. Somado a esse evento, houve uma transferência de valores da conta de provisões de valores a descontar em folha de pagamento dos empregados relativos a despesas com plano de saúde, no passivo, para a conta programa de saúde, no ativo, cujo motivo foi ajustes de classificações contábeis indevidas.

- **Ativo não circulante**

	Consolidado			
3º trimestre	30/09/08	30/06/08	Variação	%
Contas a receber de clientes	203.236	201.404	1.832	0,91
Imp renda cont. social diferidos	57.527	58.982	(1.455)	(2,47)
Depósitos judiciais	13.505	13.686	(181)	(1,32)
Caução garantia de financiamentos	61.627	59.338	2.289	3,86
Créditos diversos	43.582	42.317	1.265	2,99
Total realizável a longo prazo	**379.477**	**375.727**	**3.750**	**1,00**
Investimentos	1.219	1.219	-	-
Imobilizado	4.444.308	4.283.043	161.265	3,77
Diferido	10.924	10.485	439	4,19
Total permanente	**4.445.527**	**4.284.262**	**161.265**	**3,76**
Total do ativo não circulante	**4.835.928**	**4.670.474**	**165.454**	**3,54**

O realizável a longo prazo teve um aumento de R$3.750 mil, cujo percentual variou em 1% no período de junho a setembro de 2008, sendo seus valores R$375.727 mil em junho de 2008 e R$379.477 mil em setembro de 2008. Das contas que compõem este grupo, são apresentadas, a seguir, aquelas que sofreram variações relevantes e seus fatos:

Realizável a longo prazo

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa rubrica teve uma redução de R$1.455 mil, numa variação de 2,47%, sendo seus valores em 30 de junho de 2008 de R$58.982 mil e R$57.527 mil em 30 de setembro de 2008. Esta conta diminuiu em função da redução das provisões temporárias, referentes aos processos judiciais no período. Em junho de 2008 o valor dos processos era de R$41.897 mil e em setembro 2008 caíram para R$35.470 mil,, o que foi fator determinante para a variação nesse grupo.

- **Caução em garantia de financiamentos** - O aumento nesta rubrica de 3,86%, ou seja, R$2.289 mil, no período de junho de 2008 a 30 de setembro de 2008, tendo se elevado de R$59.338 mil a R$61.627 mil respectivamente, refere-se, basicamente, a dois fatores: aumento dos juros capitalizados semestralmente, que é o resultado da aplicação no mercado americano por uma cesta de moedas sob responsabilidade do Banco do Brasil, e também à variação cambial no trimestre, tendo o dólar variado de R$1,5970, em junho de 2008 para R$1,9250, em setembro de 2008.

Permanente

- **Imobilizado** - Nosso imobilizado aumentou em 3,77%, ou seja, R$161.265 mil, atingindo R$4.444.308 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$4.283.043 mil em 30 de junho de 2008. Esse aumento explica-se, principalmente, pelos empreendimentos para expansão e criação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e instalações de uso geral, bem como por novas aquisições da empresa.

- **Passivo circulante**

3º trimestre	Consolidado 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Empréstimos e financiamentos	117.257	107.502	9.755	9,07
Debêntures – juros remuneratórios	51.247	48.198	3.049	6,33
Empreiteiros e fornecedores	74.214	78.996	(4.782)	(6,05)
Impostos, taxas e contribuições	34.463	31.334	3.129	9,99
Provisão tributária	17.028	20.055	(3.027)	(15,09)
Provisão para férias e 13º salário	81.088	66.383	14.705	22,15
Participação empregados nos lucros	14.084	14.186	(102)	(0,72)
Juros sobre o capital próprio	73.831	36	73.795	n.m.
Convênio de cooperação técnica	16.651	14.395	2.256	15,67
Plano de pensão	10.639	10.219	420	4,11
Energia elétrica	26.741	25.794	947	3,67
Obrigações diversas	16.135	16.325	(190)	(1,16)
Total do passivo circulante	**533.377**	**433.423**	**99.954**	**23,06**

- **Empréstimos e financiamentos de curto prazo** - A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou um saldo de R$117.257 mil em 30 de setembro de 2008, contra R$107.502 mil em 30 de junho de 2008. Esse aumento de 9,07%, ou seja, R$9.755 mil refere-se, principalmente, a entradas de novos contratos em fase de retorno pela Caixa Econômica Federal, a qual apresentou, dentre outras contas, um saldo de R$64.728 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$58.691 mil em 30 de junho de 2008, além da influência de variações monetárias e cambiais no período, acarretadas pelo aumento do dólar e demonstradas nas provisões de juros e principal de curto prazo com a União Federal Bônus e Ponte.

- **Debêntures** - A conta debêntures de curto prazo aumentou em 30 de setembro de 2008, apresentando o valor de R$51.247 mil contra R$48.198 mil em 30 de junho de 2008. A variação foi de 6,33%, ou R$3.049 mil, devido o período de cálculos de juros sobre debêntures ter sido maior, uma vez que esses juros são pagos acumulados, fora do regime de competência.

- **Fornecedores** - Nossa conta de fornecedores apresenta um saldo de R$78.996 mil em 30 de junho de 2008, contra R$74.214 mil em 30 de setembro de 2008. A redução foi de R$4.782 mil, ou seja, 6,05%, devido, principalmente, a fluxo de pagamentos de faturas, ou seja, a pagamentos de faturas de fornecedores no país, cujos vencimentos constavam de períodos em que, conforme fechamento de meses do trimestre coincidir com dias não úteis, não foi possível seu pagamento nos meses correspondentes.

- **Impostos, taxas e contribuições** – Essa conta sofreu um aumento de 9,99% em relação a junho de 2008. Sua variação foi de R$3.129 mil e seus saldos foram R$34.463 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$31.334 mil em 30 de junho de 2008. Tal evolução se deu em função do aumento de encargos sobre a folha, após acordo coletivo assinado em julho de 2008, no valor de R$1.600 mil e do aumento da provisão de PIS/PASEP e COFINS, em função do aumento da receita da Companhia e das subsidiárias, no valor de R$1.355 mil.

- **Provisão tributária** - Essa conta diminuiu R$3.027 mil, ou seja, 15,09%, e apresentou saldo de R$17.028 mil em 30 de setembro de 2008 contra o valor de R$20.055 mil 30 de junho de 2008. A diminuição dessa conta se deve à redução do valor devido a título de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro líquido, em virtude da antecipação de juros sobre o capital próprio que reduz a base dos referidos impostos.

- **Provisão para férias e 13º salário** - Essa conta, em 30 de junho de 2008, apresentava um saldo de R$66.383 mil e em 30 de setembro de 2008 houve um aumento de R$14.705 mil, apresentando novo saldo de R$81.088 mil, variando, então, em 22,15% no período. O aumento refere-se aos reconhecimentos mensais de provisão com férias e 13º salário.

- **Juros sobre capital próprio** - Essa conta aumentou R$73.795 mil e apresentou em 30 de setembro de 2008 o valor de R$73.831 mil contra R$36 mil em 30 de junho de 2008. A variação se deve à provisão de R$76.913 mil devidos aos acionistas referente aos nove primeiros meses de 2008, compensada pelo recolhimento de R$3.111 mil do imposto de renda sobre tal provisão.

- **Convênio de cooperação técnica** - Essa conta aumentou R$2.256 mil, ou seja, 15,67%, e apresentou em 30 de setembro de 2008, um saldo de R$16.651 mil contra R$14.395 mil de 30 de junho de 2008. A variação ocorreu devido aos novos repasses relativos ao convênio entre a Subsidiária Copanor e a Secretaria de Estado da Saúde, no montante de R$14.021 mil no trimestre, compensado pelo fato de que a Companhia recebeu desembolsos de R$4.038 mil e, em contrapartida, efetuou pagamentos no montante de R$15.778 mil. Somente em relação ao convênio SEDRU – SSAA, SES e LIXO, foram pagos R$7.532 mil no período.

- **Obrigações diversas** - A conta obrigações diversas, atualmente, está composta pelas consignações a recolher (valores descontados da folha de pagamento de empregados) e por encontro de contas e renovação de concessões.

3º trimestre	Consolidado 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Repasse tarifário	124	120	4	3,33
Débitos de concessões	12.434	8.826	3.608	40,88
Prefeituras	12.558	8.946	3.612	40,38
Outras	3.577	7.379	(3.802)	(51,52)
Total obrigações diversas	**16.135**	**16.325**	**(190)**	**(1,16)**

O saldo desse grupo em 30 de junho de 2008 foi de R$16.325 mil, tendo diminuído em 30 de setembro de 2008 para R$16.135 mil, variação essa de R$190 mil. O aumento na conta de débitos e concessões foi motivado pela aquisição de ativo imobilizado para o sistema operacional de Vazante, proveniente da assunção de concessão para futuro encontro de contas, no valor de R$2.483 mil. A redução no grupo outras se deve a não recorrência em setembro de 2008 da provisão para dissídio coletivo, que em junho de 2008 foi de R$5.280 mil, compensada pelo aumento de R$2.036 mil ocorrido na conta gastos com conveniados, referente a provisões de combustíveis e lubrificantes para veículos, relativo a períodos anteriores, cujo impacto se verificou em setembro de 2008.

- **Passivo não circulante**

3º trimestre	Consolidado 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Caixa Econômica Federal	576.153	548.361	27.792	5,07
Governo Estadual / BDMG	23.679	25.174	(1.495)	(5,94)
Tesouro Nacional	148.932	155.703	(6.771)	(4,35)
Total em moeda nacional	**748.764**	**729.238**	**19.526**	**2,68**
Banco do Brasil	1.099	912	187	20,50
União federal – bônus	70.419	58.624	11.795	20,12
Total em moeda estrangeira	**71.518**	**59.536**	**11.982**	**20,13**
Total empréstimos financiamentos	**820.282**	**788.774**	**31.508**	**3,99**
Debêntures não conversíveis	400.896	385.505	15.391	3,99
Debêntures conversíveis	141.483	141.421	62	0,04
Total debêntures	**542.379**	**526.926**	**15.453**	**2,93**
Provisão para contingências	34.029	40.575	(6.546)	(16,13)
Provisões tributárias	109.560	107.700	1.860	1,73
Plano de pensão	155.235	155.097	138	0,09
Energia elétrica	54.240	56.989	(2.749)	(4,82)
Adiant para futuro aumento capital	8.797	8.797	-	-
Imposto renda cont.social diferidos	12.030	15.479	(3.449)	(22,28)
Outras obrigações	43.597	42.333	1.264	2,99
Total exigível a longo prazo	**1.780.148**	**1.742.670**	**37.478**	**2,15**
Total resultado exercícios futuros	**18.867**	**11.084**	**7.783**	**70,22**
Total do passivo não circulante	**1.799.016**	**1.753.754**	**45.262**	**2,58**

Exigível a longo prazo

- **Empréstimos e financiamentos de longo prazo** - Nossa conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentou 3,99% no período de junho de 2008 a 30 de setembro de 2008. A diferença foi de R$31.508 mil. Seu saldo era, em 30 de junho de 2008, R$788.774 mil, tendo evoluído para R$820.282 mil em 30 de setembro de 2008. O que motivou esse aumento foram os novos desembolsos efetuados pela Caixa Econômica Federal, cujo valor no trimestre foi de R$44.932 mil, compensado pelas amortizações no valor de R$14.580 mil no mesmo período. Outras contas do grupo também evoluíram sofrendo apenas variações cambiais.

- **Debêntures** - A conta debêntures de longo prazo aumentou R$15.453 mil, ou seja, 2,93%, apresentando o valor de R$526.926 mil em 30 de junho de 2008, contra um montante de R$542.379 mil em 30 de setembro de 2008. O motivo dessa variação foi a liberação de nova série de debêntures no valor de R$26.735 mil, compensada pela amortização de R$11.803 mil neste 3º trimestre.

- **Provisão para contingências** - O saldo dessa conta em 30 de junho de 2008 foi de R$40.575 mil, tendo diminuído 16,13% em 30 de setembro de 2008, baixando para R$34.029 mil, variação essa de R$6.546 mil. Essa variação refere-se a transferências de processos de perda possível para remota, a baixas de diversos processos e em razão de decisões judiciais que estipularam o valor das condenações como parâmetro para provisões, e não o valor atribuído às causas pelos reclamantes.

- **Provisões tributárias** – Essa conta sofreu variação de R$1.860 mil no período de junho de 2008 a setembro de 2008. Seu saldo era de R$107.700 mil em 30 de junho de 2008, o qual evoluiu para R$109.560 mil em 30 de setembro de 2008. O que motivou tal evolução foi a correção do crédito-prêmio de IPI no valor de R$944 mil e do crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS, no valor de R$915 mil, de acordo com a taxa de correção de juros "SELIC" em 0,84% sobre o valor principal.

- **Energia elétrica** – A conta de energia elétrica do longo prazo apresentou saldo de R$56.989 mil em 30 de junho de 2008, tendo sofrido variação decrescente de R$2.749 mil em 30 de setembro de 2008, cujo valor fechou em R$54.240 mil. O percentual de variação foi de 4,82%, motivado por amortizações as dívida no trimestre, no valor de R$4.453 mil, compensado pelas atualizações monetárias, no valor de R$1.704 mil.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Essa conta diminuiu R$3.449 mil, ou seja, 22,28%, apresentando o valor de R$15.479 mil em 30 de junho de 2008, e um montante de R$12.030 mil em 30 de setembro de 2008. Sua redução foi em função da variação do dólar no período, implicando em aumento da dívida e, consequentemente, diminuindo o imposto diferido. A variação cambial negativa era de R$1.105 mil em junho de 2008 e em setembro de 2008 a variação negativa passou para R$11.248 mil.

- **Outras obrigações** – Essa rubrica contempla as contas de depósitos recebidos para execução de obras e provisão para perdas em investimentos. Sua variação foi de 2,99%, o que representa um montante de R$1.264 mil no confronto dos saldos de 30 de junho de 2008 no valor de R$42.333 mil e setembro no valor de R$43.597 mil. Tal ocorrência se deve às correções monetárias sobre os depósitos para execução de obras dos contratos de esgotamento sanitário, no valor de R$1.265 mil.

Resultado de exercícios futuros

- **Receita de exercícios futuros** - A partir de junho de 2008, de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº. 469, a Companhia passou a registrar em resultado de exercícios futuros os valores referentes a doações e subvenções recebidas de terceiros. Também em junho de 2008, a Companhia procedeu a reclassificação, para resultados de exercícios futuros, dos recebimentos realizados no período de janeiro a junho de 2008, referentes a subvenções para a construção de redes de água e de esgotamento sanitário, no valor de R$11.010, e a bens doados por empresas incorporadoras, constituídos por redes de água e de esgotamento sanitário, reservatórios e instalações, no valor de R$74. Essas doações são previstas pelas normas internas da Companhia, como condição para a assunção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto em empreendimentos edificados por particulares.

- **Patrimônio líquido**

3º trimestre	Consolidado 30/09/08	30/06/08	Variação	%
Saldo inicial	**3.714.794**	**3.603.892**	**110.902**	**3,08**
Doações e subvenções	-	(5.603)	5.603	-
Juros sobre capital próprio	(76.913)	-	(76.913)	-
Lucro acumulado	145.133	116.505	28.628	24,57
Saldo final	**3.783.014**	**3.714.794**	**68.220**	**1,84**

Nosso patrimônio líquido aumentou 1,84%, atingindo R$3.783.014 mil em 30 de setembro de 2008 contra R$3.714.794 em 30 de junho de 2008. Tal evolução refere-se, principalmente, à geração de lucros no período.

Em 30 de junho de 2008, a Companhia procedeu à reclassificação dos valores recebidos de doações e subvenções, no período de janeiro a junho de 2008, da conta de doações e subvenções para investimentos para a conta de receita de exercícios futuros, no valor de R$11.084 mil, conforme o elucidado no item anterior.

Da mesma forma, a apresentação da provisão da conta juros sobre capital próprio, cuja influência é descrita em justificativa específica da própria rubrica no curto prazo.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, seguem os Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR, na data de 30 de setembro de 2008.

1) Acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie e classe - ITR

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG		**Posição em 30/09/2008 (em unidades)**
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Mackenzie Financial Corporation*	5.778.000	5,02
Administradores	630	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	47.828.027	41,53
Total	**115.165.700**	**100,00**

*Empresa de capital no exterior. Quantidade de ações informadas à Companhia pela Mackenzie Financial Corporation na qualidade de administradora, "advisor" e/ou "sub-advisor" de fundos mútuos, conforme Comunicado recebido pela Companhia em 05 de maio de 2008 e divulgado através de Comunicado ao Mercado em 06 de maio de2008.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de pessoa física		
Companhia: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG		**Posição em 30/09/2007 (em unidades)**
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Prefeitura de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Capital Group International – Inc**	5.766.800	5,01
Administradores	720	-
Ações em Tesouraria	370.176	0,32
Outros	29.061.864	25,23
Total	**115.164.948**	**100,00**

**Empresa de capital no exterior.

2) Posição dos controladores, Administradores e ações em circulação

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 30/09/2008 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	61.188.867	53,13
Administradores		
Conselho de Administração	49	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	8	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	53.606.019	46,55
Total	**115.165.700**	**100,00**
Ações em circulação	**53.606.027**	**46,55**

Posição acionária consolidada dos Controladores, Administradores e ações em circulação em 30/09/2007 (em unidades)		
Acionista	**Ações ordinárias**	
	Quantidade	**%**
Controlador - Estado de Minas Gerais	68.830.404	59,77
Município de Belo Horizonte	11.134.984	9,67
Administradores		
Conselho de Administração	139	-
Diretoria	581	-
Conselho Fiscal	219	-
Ações em tesouraria	370.176	0,32
Outros acionistas	34.828.445	30,24
Total	**115.164.948**	**100,00**
Ações em circulação	**34.828.664**	**30,24**

3) Cláusula compromissória

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
Belo Horizonte – MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR's da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (individuais e consolidadas), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e, (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM no. 469 de 02 de maio de 2008.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n˚ 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou algumas mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução CVM 469 permitiu a não-aplicação de todas as disposições da Lei n° 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR's). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR's do trimestre findo em 30 de setembro de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n° 11.638/07. As informações referentes aos períodos anteriores, apresentadas para fins de comparação foram, quando aplicável, ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis introduzidas em 2008.

5. Conforme mencionado na nota explicativa 26, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do poder executivo estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é parte integrante do cálculo tarifário da Companhia, o qual é promulgado pelo Estado de Minas Gerais. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

6. As informações do balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2008, que está sendo apresentado para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório de revisão especial emitido em 04 de agosto de 2008, contendo parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto mencionado no parágrafo 5 acima. Adicionalmente, as informações contábeis de 30 de setembro de 2007, incluídas nestas Informações Trimestrais, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, datado de 18 de março de 2008, contendo: (i) ressalva com relação aos cálculos do passivo atuarial atribuíveis aos exercícios de 2006 e 2005, e período de 6 meses findo em 30 de junho de 2007, devido à utilização de critérios distintos adotados pela Companhia, para a determinação das estimativas dos ganhos e perdas atuariais atribuíveis a esses exercícios (utilizando-se dos rendimentos reais para a determinação dos ganhos atuariais e de valores estimados para a determinação das perdas atuariais), o que não é aceito pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, levando o passivo não circulante e o patrimônio líquido em 30 de junho de 2007 a estarem apresentados a menor e a maior em R$33.165 mil, respectivamente. Essa ressalva foi eliminada quando da reapresentação em 04 de janeiro de 2008, das Informações Trimestrais referentes a 30 de setembro de 2007 e 30 de junho de 2007, para fins comparativos, onde foi efetuado o ajuste relativo ao passivo atuarial por exigência da Comissão de Valores Mobiliários, em decorrência dos requerimentos do Ofício/CVM/SER/SEP/No. 262/2007; (ii) ressalva por limitação de escopo referente à metodologia adotada pela Companhia para calcular a parcela do crédito presumido da Cofins e do Pasep, baseada na opinião de seus consultores legais internos quanto à interpretação das normas legais que disciplinam o assunto, que se encontrava em processo de revisão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº. 16, em setembro de 2007 foi concluído estudo conduzido por consultor externo independente, que culminou com o refinamento da estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, com o conseqüente ajuste nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2007, no valor de R$40.163 mil a título de provisões tributárias, no passivo não circulante, motivo pelo qual o relatório de revisão especial, não incluiu qualquer menção com relação a esse assunto; (iii) Adicionalmente, em 18 de março de 2008, a Companhia espontaneamente reapresentou suas informações trimestrais referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2007, para apresentação da demonstração consolidada do Fluxo de Caixa para o trimestre findo em 30 de setembro de 2007 que não havia sido divulgada anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 31 de outubro de 2008.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S

01944-5 CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS 17.281.106/0001-03

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-MG

João Ricardo P. Costa
Contador CRC - 1RJ 066.748/O-3-S-MG

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01944-5	CIA. DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	17.281.106/0001-03

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	73
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	102
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	103
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	105
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	107
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	131
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	133/136